



Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
Mestrado Integrado em Arquitectura

O Bairro 1 de Junho em Portimão

A Evolução da Sua Arquitectura na Apropriação do Espaço

Patrícia Alexandra Maçano Contenda

Dissertação de Mestrado em Arquitectura

Orientador:

Professor Doutor Luís António Guizado de Gouveia Durão

2014

Portimão, Algarve

PATRÍCIA ALEXANDRA MAÇANO CONTENDA

O BAIRRO 1 DE JUNHO EM PORTIMÃO.

Dissertação defendida em provas públicas no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, no dia 10/11/2014 perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação nº. 28/2014, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof.^a Doutora Ana Paula Parreira Correia
Rainha

Vogais:

Prof.^a Doutora Ana Cristina Santos Bordalo
(Arguente)

Orientador:

Prof. Doutor Luís António Guizado de Gouveia
Durão

Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

Portimão

2014

Esta dissertação **Não** foi redigida com os termos do Novo Acordo Ortográfico

Resumo

Este trabalho de dissertação sobre um projecto é o resultado de um estudo sobre a evolução da arquitectura na apropriação do espaço no Bairro 1 de Junho em Portimão. São abordados três temas principais: a problemática da habitação de interesse social em Portugal, o programa Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) e a apropriação do espaço verificada no bairro 1 de Junho.

A habitação de interesse social sempre foi um tema delicado e que sempre gerou muitas questões, pois é o que apoia as famílias com grandes dificuldades económicas. A habitação deste género deve ser eficaz, barata, mas com condições de habitabilidade, assim como deve ser situada num meio urbano não marginalizado. Na procura de resolução desta problemática surgiu o Fundo Fomento de Habitação (FFH) com os seus vários programas para a prática de construção de habitações sociais.

Dos programas criados pelo FFH, surgiu o SAAL pelas mãos do arquitecto Nuno Portas, Secretário de Estado na altura do 2º governo provisório, após o golpe de estado, a 25 de Abril de 1974. O programa SAAL teve a duração de dois anos, mas mesmo assim não deixou de ser um dos programas mais interessantes e fascinantes. Foi um projecto não só inovador nas práticas arquitectónicas e na integração destes bairros na cidade, como também foi um movimento de cooperação e voluntariado por parte dos técnicos em todo o país, envolvendo também a participação dos futuros moradores no processo.

O SAAL teve o seu término a Outubro de 1976. Muitas das construções e dos moradores foram deixados sozinhos pelos técnicos e pelas entidades locais. Os próprios moradores tiveram de comprar os terrenos para poderem acabar as suas habitações. Assim, as habitações foram transformadas e não seguiram sempre o conceito do projecto de origem. Houve então a necessidade de estudar o tipo de interpretação do projecto aquando da execução da obra, bem como o processo evolutivo da habitação de acordo com as necessidades dos utentes com a subsequente apropriação do espaço verificada no Bairro 1 de Junho.

Analisado este processo e as desvirtuações inerentes, procurou-se apresentar uma proposta em projecto que desse resposta às necessidades dos utentes, mas sem prejudicar o conceito subjacente ao projecto de origem.

Palavras-chave: SAAL, Habitação Social, Modulação, Apropriação do Espaço

Abstract

This dissertation about a project is the result of a study on the evolution of architecture in the appropriation of space in the Bairro 1 de Junho in Portimão. There are three main issues: the issue of social housing, the Ambulatory Service Local Support (SAAL) programme and the appropriation of space detected in Bairro 1 de Junho.

The social housing has always been a sensitive issue and has always generated many questions, because it is what supports families with serious economic difficulties. The housing of this kind should be effective, cheap, but with living conditions, and should be located in an urban environment not marginalized. In seeking resolution of this issue arises the Housing Development Fund (FFH) with his various programs for the practice of building social housing.

From the programs created by FFH, it comes the SAAL, by “the hands” of the architect Nuno Portas, Minister of State at the time of the 2nd Provisional Government after the coup, on April 25th of 1974. The SAAL program lasted two years, but it not ceased to be one of most interesting and fascinating programs. Because, it was a project that was not only innovative architectural practices and the integration of these neighborhoods in the city, also, it was a movement of cooperation and volunteerism on the part of technicians across the country, as, also led to, the involving the participation of future residents in the process.

The SAAL had its end-October 1976. Many of the buildings and the residents were left alone by the technicians and local entities. The residents, themselves had to buy the land in order to end their habitation. Therefore, the houses were transformed and didn't always follow the concept of the original project. Then, there was the need to study the kind of interpretation of the project during implementation of the project, as well as, the evolutionary process of the housing according to the needs of users with the subsequent appropriation of space detected in Bairro 1 de Junho.

Analyzed this process and the inherent distortions, sought to present a proposal on this project that meet the needs of users, but without harming the underlying source project concept.

Key-Words: SAAL, Social Housing, Modulation, Appropriation of Space

Agradecimentos

Ao longo da nossa vida iniciam-se e terminam-se projectos que contribuem para o nosso enriquecimento e realização. Um projecto pode assemelhar-se a uma habitação que vai sendo construída, contendo um início e um fim. E é neste sentido que chegou o fim deste projecto. Durante a construção desta *habitação* encontrei vários obstáculos que tiveram de ser contornados, com recurso ao trabalho, dedicação, empenho, estudo e auxílio dos professores.

Nem todos os percursos são de fácil estruturação, mas chegando-se a este momento, pode dizer-se que está estabelecido mais um percurso neste caminho do conhecimento.

Este caminho do conhecimento foi-se contruindo e consolidando com base no incentivo e motivação prestada durante os momentos de alegria e concretizações, assim como nas alturas de grande tristeza, pessimismo e mesmo desânimo.

Assim, em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Maria e João, que me ajudaram a chegar ao fim de mais uma etapa da minha vida e que sempre depositaram em mim muito apoio e confiança. Eles sempre foram e serão os pilares de betão na construção da minha *habitação* de conhecimento e sempre me ensinaram a nunca desistir. Também agradeço à minha irmã Ana pela paciência que teve em me aturar ao longo desta etapa, assim como pela força, apoio, motivação e incentivo que sempre me deu. Também me ajudou a nunca desistir e auxiliou-me sempre no que precisei.

Quero agradecer ao Professor Doutor Luís Durão a disponibilidade, o acompanhamento, o aconselhamento, o incentivo e o apoio prestado ao longo deste projecto, contribuindo para a realização desta dissertação.

Para a elaboração desta dissertação foi necessário e fundamental estabelecer contactos com os organismos públicos e personalidades para colaborar neste projecto. De forma activa pude contar com o arquitecto José Veloso na disponibilidade em me facultar os seus documentos e algumas peças desenhadas, nas conversas que tivemos e nas histórias caricatas contadas que me fizeram quase, viajar até à data do SAAL. Nas visitas e entrevistas que fiz aos moradores do bairro, agradeço a disponibilidade de alguns deles em me fornecer algumas informações sobre o mesmo. Também agradeço à Câmara Municipal de Portimão, em particular ao Departamento Técnico de Planeamento e Urbanismo de Portimão pela facilitação em facultar-me o projecto do

Bairro 1 de Junho. À Biblioteca Nacional situada em Lisboa onde sempre se prontificaram a disponibilizar o material fundamental para a elaboração desta dissertação. O meu muito obrigada a todos.

Um grande agradecimento também especial à minha amiga Dora Alexandra Marreiros, que pela força, apoio, motivação e boa disposição, demonstrou ser um exemplo de Amizade. O seu espírito positivo e constante prevaleceu em todos os momentos de angústia, desalento e frustração com que nos deparamos durante estes anos. Também à minha grande amiga Teresa Tomaz pelo companheirismo e confiança que sempre depositou em mim e pela disponibilização da sua casa nas minhas deslocações a Lisboa.

Por último e não menos importante, agradeço a todos os meus amigos/as, companheiros/as e familiares que me acompanharam e ajudaram, dando reforço positivo perante as dificuldades que marcaram este compromisso.

A todos vós, os mais cordiais agradecimentos!

Lista de Acrónimos e Siglas

A

AML – Área Metropolitana de Lisboa

APU – Aliança Povo Unido

ANC – Associação Nacional de Cruzeiros

ALDN – Assembleia Geral da Associação Lacobrigense de Desportistas Náuticos

B

C

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CHE – Cooperativas de Habitação Económica

CDU – Coligação Democrática Unitária

CDE – Comissões Democráticas Eleitorais

CVL – Clube de Vela de Lagos

D

DGSU – Direcção-Geral de Serviços de Urbanização

E

EFTA – European Free Trade Association

EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

F

FFH – Fundo Fomento de Habitação

FAIH – Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

G

GTH – Gabinete Técnico de Habitação

H

I

INH – Instituto Nacional de Habitação

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

J, K, L

M

MHUC – Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção

MDP – Movimento Democrático Português

N, O

P

PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados

PCP – Partido Comunista Português

Q, R

S

SEHU – Secretaria do Estado da Habitação e Urbanismo

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

Índice Geral

- Abstract.....	Página 3
- Agradecimentos.....	Página 5
- Lista de Acrónimos e Siglas.....	Página 7
Índice Geral.....	Página 9
- Introdução.....	Página 11
- <i>Capítulo 1 – Breve Resenha Histórica Sobre a Problemática da Habitação Social em Portugal</i>	
• 1.1. Bairros de Lata, Bairros Operários e Bairros de Pescadores.....	Página 16
• 1.2. A Problemática da Habitação de Interesse Social em Portugal.....	Página 19
• 1.3. Fundo Fomento de Habitação (FFH)	Página 20
• 1.3.1. Os Programas do FFH.....	Página 25
1.3.1.1. A promoção directa da habitação (renda social).....	Página 25
1.3.1.2. A participação em Obras dos Municípios, Misericórdias e Afins.....	Página 26
1.3.1.3. O cooperativismo habitacional.....	Página 26
1.3.1.4. O SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local.....	Página 27
1.3.1.5. O apoio à autoconstrução familiar.....	Página 27
1.3.1.6. A concessão de Empréstimos às câmaras municipais... Página 28	
1.3.1.7. Os contractos de desenvolvimento para a habitação.... Página 29	
1.3.1.8. O programa de recuperação de imóveis degradados.... Página 29	
1.3.1.9. A construção de casas pré-fabricadas pela comissão para o alojamento de refugiados..... Página 30	
- <i>Capítulo 2 – Programa Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)</i>	
• 2.1. O Programa SAAL.....	Página 32
• 2.2. O Programa SAAL no Algarve.....	Página 38
• 2.3. O Programa SAAL em Portimão.....	Página 41
- <i>Capítulo 3 – O Bairro 1 de Junho</i>	
• 3.1. O Arquitecto José Veloso.....	Página 44
• 3.2. O Projecto de José Veloso.....	Página 48

- 3.3. O processo de transformação/apropriação do bairro por parte dos utentes **Página 53**
 - 3.3.1. Apropriação do Bairro 1 de Junho..... **Página 54**
- 3.4. A Minha Proposta..... **Página 65**
- Considerações Finais..... **Página 73**
- Bibliografia..... **Página 76**

- Apêndice

- Desenhos do Projecto:
 - Projecto do Arquitecto José Veloso
 - Projecto de Alterações

- Anexos em Volume Separado

- Anexo I - Entrevista ao Arquitecto José Veloso
- Anexo II - Fichas do Inquérito

Introdução

O presente trabalho tem como tema a forma como as casas do Bairro 1 de Junho em Portimão evoluíram no processo da apropriação do espaço por parte dos utentes e, com base nisso, apresentar novas propostas para a evolução da arquitectura desses fogos de forma a respeitar as intenções formais subjacentes ao projecto de origem.

O objecto de estudo em questão situa-se na zona da Coca Maravilhas em Portimão, junto à estrada Nacional 125. Foi um bairro construído nos anos 70 no âmbito do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) e, embora este programa tenha sido de curta duração, teve um impacto significativo na época, em Portugal.

O objectivo deste trabalho é, assim, mostrar como o bairro deveria ter sido alterado com respeito pelos princípios apontados na linguagem formal do projecto original, mas de acordo com as necessidades dos utentes em adequar as habitações às suas expectativas actuais do habitar. Assim, foi necessário detectar os padrões na apropriação do espaço por parte dos utentes, por forma a fornecer indicadores a futuras intervenções no âmbito da habitação social. Isto, para chegar à criação de directivas para futuros projectos de habitação social unifamiliar que, de forma evolutiva, possa dar resposta a uma melhoria de condições económicas dos moradores, considerando as suas aspirações e exigências actuais de habitabilidade, sem deixar de preservar, tanto quanto possível, a essência do projecto original.

O trabalho está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo será abordada a questão da habitação social em Portugal, passando pela problemática dos bairros de lata, habitações de pescadores e operários até à criação do Fundo de Fomento de Habitação e os seus programas.

A habitação sempre foi o fundamento principal da arquitectura, que transformou lugares e evidenciou culturas que sempre se evidenciaram na sua função de habitar. A habitação define-se assim, não como um mero refúgio, mas como um espaço que permite a permanência e a vida personalizada.

Em Portugal, com a expansão das indústrias, muitos foram os que deixaram as suas casas no meio rural em busca de melhores condições de vida nos maiores centros urbanos.

Isto fez com que houvesse uma grande sobrelotação das cidades, o que, por sua vez, levou a uma crescente construção de habitações clandestinas precárias e sem qualquer saneamento. Ainda hoje, várias pessoas habitam desta forma, devido, também, aos emigrados dos países africanos das ex-colónias portuguesas.

Até ao início do século XX, em Portugal, estas habitações precárias não haviam levantado preocupações de monta, mas com o aparecimento de epidemias que provocaram dezenas de mortes, a questão da habitação de interesse social tornou-se preocupante e mesmo alarmante.

Após várias acções estatais em prol da habitação social, muitos anos mais tarde foi criado o Fundo Fomento de Habitação. Este organismo ficou com as competências do Gabinete de Estudos de Habitação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização e ainda com a gestão de financiamento e distribuição de fogos, que veio trazer, assim, o reforço da intervenção do Estado na promoção habitacional.

Dentro do Fundo Fomento de Habitação surgiram vários programas para dar resposta às necessidades das populações carenciadas de habitação condigna. Um desses programas foi o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

Assim, o segundo capítulo deste trabalho é dedicado ao programa SAAL, indo do geral para o particular, ou seja, primeiramente é abordado o SAAL na sua generalidade e depois o programa SAAL no Algarve e em Portimão, que é onde se situa o objecto deste estudo.

O programa SAAL surgiu em Julho de 1974, por iniciativa do então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, arquitecto Nuno Portas. Chegou ao Algarve pelas mãos do arquitecto José Veloso, mais propriamente na intervenção na Meia-Praia em Lagos, em Janeiro de 1975, expandindo-se depois por todo o Algarve. Em Portimão, o SAAL promoveu o Bairro da Boa Hora em Abril de 1975, seguindo-se o Bairro «1 de Junho», que foi o bairro mais pequeno de todos com apenas 24 fogos.

O início da obra deste bairro foi em Novembro de 1975. A constituição da associação de moradores, «1 de Junho», tinha sido a 29 de Julho de 1975. A brigada técnica responsável foi composta pelo engenheiro Pedro Vieira, engenheiro José Manuel da Costa, arquitecto Leonel Fadigas, arquitecto Luís Abreu e arquitecto José Rijo. O projecto do Bairro 1 de Junho é da autoria do arquitecto José Veloso. A seguir, o Bairro do Progresso surgiu em Abril de 1976.

Tanto os bairros da Boa Hora como o do Progresso e o 1 de Junho, situam-se entre a Estrada Nacional 125 e as ruas Coca Maravilhas e Nossa Senhora da Conceição. Os três bairros de Portimão são assim contíguos. Estes bairros, segundo José Veloso, destinavam-se a moradores do concelho de Portimão em condições precárias de habitabilidade na época.

As pessoas tomavam localmente conhecimento do programa, também através da sua popularidade ou das notícias em jornais. As pessoas inscreviam-se no programa e depois uma equipa estudava as famílias para uma selecção, primeiro pela brigada técnica e arquitecto e depois pelo Fundo Fomento de Habitação, mas sempre com acompanhamento da câmara municipal.

O projecto do Bairro 1 de Junho e os seus fogos, segundo José Veloso, resultou das condições do terreno, das conversas com os moradores, das suas vivências e do entendimento deles pela forma como iam utilizar os fogos.

O terceiro e último capítulo é dedicado ao Bairro 1 de Junho. Este capítulo é subdividido em quatro partes: a vida e obra do arquitecto José Veloso; o projecto do bairro da autoria de José Veloso; o processo de transformação/apropriação do bairro por parte dos utentes; a minha proposta.

Com a extinção do programa SAAL em Outubro de 1976, muitas habitações sociais não foram construídas conforme programadas. Por seu lado, houve casos em que, muito tardiamente, se deu continuidade à construção de bairros nos anos 80 e 90.

Muitas habitações dos bairros, como no caso de Portimão, não foram acompanhadas, monitorizadas ou mesmo fiscalizadas por parte das entidades responsáveis, como o Fundo Fomento de Habitação e as câmaras municipais.

Os novos moradores do bairro deixaram de ter acompanhamento técnico por parte das entidades responsáveis, e com a ausência de cultura arquitectónica, não respeitaram a linguagem arquitectónica projectada para aquele espaço. Contudo, com o avançar dos tempos, com as novas necessidades dos moradores, da melhoria das condições económicas deles, levou, por um lado, muitos moradores a abandonar o bairro, deixando algumas habitações ao abandono, e por outro lado, os que permaneceram, mudaram completamente a configuração da habitação original.

Estes factores levaram a uma apropriação do espaço inadequada em termos de qualidade arquitectónica, pois, como referido, não tiveram qualquer apoio técnico.

Assim, de acordo com a análise efectuada, que compreendeu o estudo da habitação social apoiado na bibliografia disponível, bem como os inquéritos efectuados aos moradores do Bairro 1 de Junho e a entrevista ao autor do projecto, propõem-se agora soluções arquitectónicas que poderão servir de base para reabilitações futuras, ou para a execução de projectos futuros, pois pretende-se assim encontrar padrões que possam constituir, tanto quanto possível, indicadores ou diretrizes para intervenções neste bairro, ou outros a construir, no intuito de facilitar os utentes a uma apropriação do espaço de habitar que respeite de forma mais adequada as intenções e coerência do projecto inicial.

-Capítulo I-

“Breve resenha histórica sobre a problemática da habitação social em Portugal”

“Habitar é o objetivo e a justificação existencial da Arquitetura” (frase retirada do artigo *Morada: rua, casa* de Ricardo Carvalho, publicado na revista JA 224, p.34)

1.1 – Bairros de Lata / Bairros de Pescadores / Bairros Operários

“O Problema da Habitação não se esgota nas Barracas!”¹

Bairro de Lata é um aglomerado de casas pobres, sem infraestruturas fundamentais, normalmente habitados por pessoas carenciadas e localizando-se na periferia dos centros urbanos.

Conforme refere João de Sousa,² devido ao êxodo rural, em que as pessoas dos meios rurais procuravam trabalho e novas oportunidades nos centros urbanos como Lisboa, que estavam sobrepovoados, então os novos habitantes eram obrigados a viver em alojamentos improvisados, como pátios, conventos ou palácios abandonados. Isto deveu-se ao grande aumento da população que não acompanhou o desenvolvimento da economia, que levou a muito desemprego, que, por sua vez, fez com que as pessoas não tivessem possibilidades de melhores condições de vida e que tivessem de habitar em casas degradadas e mal construídas, sem qualquer tipo de saneamento.

Como referiu Nuno Teotónio Pereira³, só no ano de 1918 é que aparecem os primeiros combates aos bairros de lata, na zona de Lisboa. Contudo, é só em 1938 que surgiram os primeiros bairros sociais, como o Bairro da Boavista e a Quinta da Calçada.

No ano de 1945 as casas de barracas continuavam a existir e outras mais surgiam ainda, pois as pessoas não tinham posses para as casas económicas. Então, foram construídas casas e dadas outras ajudas em todo o País para essas famílias mais carenciadas. Contudo, no Porto, só em 1956 é que aparece o combate às barracas, com a construção de 6.000 habitações. Ao mesmo tempo, em Lisboa, surgem novos bairros de lata.

Tal facto leva a que, em 1959, o gabinete técnico de habitação da câmara de Lisboa, lance o programa de habitação social em termos integrados, criando assim os bairros Olivais Norte e Olivais Sul. Com o aparecimento de novos bairros de lata, a construção de habitações sociais de carácter colectivo seria mais rápida e combateria de forma mais eficaz a tendência para o aparecimento de novos bairros de lata. Por esse motivo, o regime em vigor abriu mão do ideal de construção de bairros sociais com casas unifamiliares.

¹ Nuno Teotónio Pereira, in jornal *O Público*, 23 de Setembro de 1993

² João Sousa, in <http://palavras-arquitectura.com/2007/06/16/a-habitacao-social-uma-introducao-as-suas-problematicas/>, 16 de Junho de 2007

³ Nuno Teotónio Pereira, in *Op. Cit*

No ano de 1963 foi levado a cabo um inquérito sobre o problema da habitação pelo Diário Popular que mostrou o aumento das barracas de 10 mil, em 1959, para 50 mil, em 1963.

Muito mais tarde, nos anos 70, houve uma crescente construção clandestina na AML (Área Metropolitana de Lisboa), no intuito de satisfazer as necessidades da população. Esta construção clandestina deveu-se ao esvaziamento da promoção legal habitacional que provocou o fim de novas construções públicas e privadas, aumentou as taxas de juros e as pessoas não adquiriam casa própria, ou seja, com a falta de ajuda por parte das entidades locais, a construção clandestina aumentou. Isto levou ao fim das construções públicas e privadas e ao aumento dos juros. Até àquela data os bairros de lata haviam aumentado bastante, mas isso também se deveu à grande emigração vinda das antigas colónias em África, que sem muito dinheiro adquiriam habitações precárias, ou seja, casas que refaziam ou construíam de raiz e iam melhorando ao longo do tempo, em terrenos de baixo custo.⁴

A meio dos anos 80, estas casas de lata era já imensas e começaram a fazer-se notar, principalmente, através do Programa Especial de Realojamento. Nesta altura, os paradigmas habitacionais tinham mudado, pois as exigências familiares e a melhoria de condições de vida, já não eram compatíveis com os bairros de lata. Assim, as políticas habitacionais afastaram os moradores dos centros urbanos degradados para melhor corresponderem às necessidades das famílias que habitavam em bairros de lata em condições precárias.

Os bairros operários do século XIX eram, em tudo, semelhantes aos bairros de lata, pois com o surgimento das Indústrias e da mão-de-obra que esta necessitava, trouxe muitas pessoas para os centros urbanos, o que levou a que muitos até ocupassem os terrenos em redor das fábricas, gerando assim, habitações com pouca, ou praticamente nula, higiene. Durante algum tempo não haviam levantado qualquer problema, nem como deviam ser as habitações para os operários, ou se estes as deviam ter, pois não há grandes registos de indústrias que se tenham preocupado com isso. Contudo, em 1899, com o surgimento da peste bubónica que devastou a cidade do Porto, com o apoio municipal de então, foram tomadas medidas para uma habitação operária com higiene. Foram, desse modo, pensados vários bairros que preconizavam casas individuais.

⁴ Idem

Assim, nos anos 30 do século XX, com as políticas da ditadura implementadas por Salazar, estes bairros de casas individuais, tornam-se modelos de casas operárias de acordo com os valores fascistas, familiares e nacionais. Surgiram assim, habitações sociais que apresentam soluções eficazes a nível nacional e político. Como exemplo para a construção destes modelos de casas operárias, temos, em 1900, o Bairro de Monte Pedral no Porto, de certo modo pioneiro nestes procedimentos e que conferiam maior dignidade e salubridade aos operários; depois, em 1925, o Bairro Económico em Olhão; e já em 1938 o Bairro do Alvito em Lisboa.⁵

Ao mesmo tempo que se verifica esta explosão demográfica nos centros urbanos, há um crescente número de pessoas que vão habitar as zonas costeiras de Portugal. A pesca levou a que muitas pessoas empobrecidas migrassem no início do século XX para a ria de Aveiro, o Tejo, o Sado e o Algarve. Estabeleciam-se ao longo da Costa Vicentina e Alentejana até à Caparica.

No Algarve era bastante comum que os assalariados agrícolas se dedicassem, sazonalmente, aos trabalhos da pesca no verão. No Tejo, muitos dos migrados, participavam na pesca sazonal, fixando-se nas margens do rio onde construía habitações palafitas.⁶

Os assalariados rurais, pobres, deslocavam-se de diversos pontos do país para a região do Sado, por exemplo, onde se dedicavam à agricultura nos extensos arrozais que aí existem, sendo, também esse, um trabalho sazonal. Alguns, após essa época regressavam às suas terras, outros permaneciam. Os que ali permaneciam arrendavam terras para culturas de autoconsumo. As habitações eram construídas com materiais precários cedidos pelos capatazes das herdades. As habitações eram barracas construídas ao acaso.

Na periferia de Lisboa as barracas dos pescadores eram construídas a 50 metros da água e acrescentavam várias outras barracas em madeira para a guarda dos seus utensílios e, para esse efeito, construíram o cais em palafita de madeira, de forma que, cada família tinham o seu.

Depois do 25 de Abril as barracas foram substituídas por casas mais dignas, pois com a revolução houve uma melhoria de condições de vida.

⁵ Idem

⁶ SOUTO Henrique, *Movimentos Migratórios de Populações Marítimas portuguesas*, in <http://fcsh.unl.pt/qeoinova/revistas/files/n8-7.pdf>

Actualmente, ainda existem muitos bairros de lata e, com a crise, a tendência é para o aparecimento de mais. Quanto aos bairros de pescadores, muitos foram abandonados, pois os filhos não prosseguiram com a arte da pesca como os pais e migraram para outras zonas à procura de melhores condições de vida.

1.2 – Problemática da Habitação de Interesse Social em Portugal

Segundo Abílio Cardoso, Habitação de Interesse Social é “o alojamento que nem é produzido, nem trocado como uma mercadoria, porque o modelo de relação no qual se insere é, regulado pelo Estado... A natureza do alojamento é aqui medida pelo Estado e não pelo mercado”⁷. Isto é, o termo habitação de interesse social define uma série de soluções de habitações voltadas para a população de renda / salário baixo e, normalmente, formam bairros habitacionais.

Hoje em dia, a habitação de interesse social é entendida como resultado da Revolução Industrial, não só em Portugal, como por toda a Europa, no século XVIII. Conforme já referido, a procura de melhor qualidade de vida e a necessidade de mão-de-obra, levou à migração das pessoas do meio rural para os grandes centros urbanos. Isto fez com que existisse uma grande concentração populacional nos meios urbanos, que, por sua vez, originaram as “colónias operárias” próximas às indústrias.

A habitação social não existe só em Portugal, existe em muitos outros países mais ou menos desenvolvidos. A primeira habitação de interesse social surgiu em Helsínquia, na Finlândia, no ano de 1909. Mas, este tipo de habitação ganhou toda a sua força no início do século XX, nos Estados Unidos da América. Chega à Europa, após a Segunda Grande Guerra Mundial, devido à reconstrução dos países no pós-guerra, onde a habitação social passou a ser uma necessidade mais premente.

O que caracteriza a habitação de interesse social é: o financiamento pelo poder público, não só sendo produzidas pelo governo, mas também por empresas, cooperativas, etc.; ser destinada a estratos sociais de salário baixo; embora maioritariamente para a inclusão das populações com menor renda, também pode ser ligada a situações de risco, preservação ambiental ou cultural.

Assim, este tipo de habitação interage com uma série de factores sociais, económicos e ambientais e é garantida, constitucionalmente, como direito e condição

⁷ CARDOSO, Abílio, citado por GROS, Marielle, C. (1994), «Pequena História do Alojamento Social em Portugal», in *Sociedade e Território*, nº 20, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 80-90

de cidadania, ou seja, a habitação de interesse social é uma das estratégias fundamentais da providência estatal, onde, o direito à habitação condigna força o Estado a uma intervenção em nome das pessoas menos favorecidas, procurando assim a redução da situação de exclusão. O que pretendo dizer é que a resolução do problema da carência habitacional das classes mais desfavorecidas é da responsabilidade do Estado, pois tem como propósito diminuir o *deficit* de habitação e impedir a construção de casas clandestinas, sem qualquer infraestrutura básica. Esta habitação social pode ser alugada ou adquirida pelos utentes, com financiamento e subsídio do Estado.

Segundo Nuno Miguel Augusto⁸, a problemática da habitação social é marcada pelo peso burocrático que tem, pela forma como se distânciava das especificidades locais e comunitárias e, por ser excessivamente funcional, pois segundo Alcides Monteiro a intervenção pública pautou-se pela “ausência de protagonização de um apelo a uma cidadania responsável por parte de uma administração pública que não interiorizou os direitos dos utentes”⁹. Os bairros sociais também têm levantado um conjunto interessante de questões no que toca à eficácia e eficiência das políticas de habitação de interesse social, pois a sua construção é desarticulada ou à margem dos núcleos urbanos onde se insere, levando assim à segregação e exclusão social.

No fundo, a habitação de interesse social, mostra que tem grandes limitações na criação e na manutenção de uma ligação entre as identidades, as sociabilidades e as participações. Isto quer dizer que, de certa forma, os bairros sociais, para além de segregados e estigmatizados, são lugares caracterizados por uma escassez de espaços lúdicos e sociáveis. Essas habitações sociais são monofuncionais (unifamiliares com 1 ou 2 pisos), longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade e, carenciados de estruturas colectivas. Isto é, a habitação social não se devia restringir apenas ao alojamento em si, mas também devia ter espaços de usos comuns confortáveis, seguros e saudáveis. Devia ser considerada de forma mais abrangente.

1.3 – Fundo Fomento de Habitação

O Fundo Fomento de Habitação (FFH) surgiu a 28 de Maio de 1969 com o decreto-lei nº. 49033. Foi extinto em 1982, durando assim 13 anos. Esta instituição, sob

⁸ AUGUSTO, Nuno Miguel, *Habitação Social – da Intenção de inserção à ampliação da exclusão*, IV Congresso Português de Sociologia - com base na Tese de Mestrado sob o título *Apropriação do Espaço e Desenvolvimento em Bairros sociais – um estudo de caso*, Universidade de Évora, 1998

⁹ MONTEIRO, Alcides, in http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df3cd04e3f_1.PDF

a forma de organismo público, pretendia integrar a política nacional da habitação com o planeamento urbano, numa única e autónoma estrutura orgânica – administrativa e financeiramente.

O seu objetivo principal, que está presente no 1º Artigo do decreto, era a contribuição para a resolução do problema habitacional, especialmente para as classes mais empobrecidas e não beneficiárias dos planos de habitação de caixas de providência ou instituições afins.

Assim, em termos de matéria de habitação, as competências do Gabinete de Estudos de Habitação, inserido na Direcção-Geral de Serviços de Urbanização (DGSU), passaram a ser atribuições do FFH, tão bem como a gestão de financiamento e distribuição de fogos.

A 3 de Dezembro de 1969 foi publicado o Decreto-Lei 583/72 que deu ao FFH a incumbência do *“estudo sistemático da problemática da habitação, a coordenação das iniciativas respeitantes ao sector e à execução de medidas de política habitacional da responsabilidade do Estado”*. Isto, levou à extinção do Fundo de Casas Económicas, e a passagem de todo o seu património para o FFH. As receitas foram reforçadas através do Fundo Permanente da Caixa Nacional de Previdência da CGD para a construção de casas habitacionais dos funcionários do Estado e autarquias locais. No Artigo 12º, foram consideradas as expropriações necessárias à prossecução do programa do FFH como de utilidade pública.

Com o tempo, o quadro do pessoal e a estrutura orgânica do FFH foram progressivamente alargados, e a direcção de serviço, que consistia apenas numa, quadruplica, passando assim a existir quatro direcções de serviço, o que levou a um aumento da estrutura administrativa e técnica ao sector de habitação.

Através de planeamento integrado, o FFH desenvolveu as seguintes acções, a saber: estudos inovadores em Portugal na habitação e urbanismo e, nas metodologias processuais; áreas de normalização de processos construtivos e de projeção ou estudos sociais, incluindo o planeamento e construção de habitação; aplicação de processos informatizados e procedimentos estatísticos e de recolha de informação.

Foi nos anos 60 do século passado que as políticas de habitação social atingiram o seu apogeu com as bases legais e institucionais implementadas entre 1968 e 1971.

Conforme refere, Antonio Fonseca Ferreira¹⁰, já em finais dos anos 50 desse século, o regime político vigente em Portugal, foi obrigado a aderir à industrialização do país e a investir no estrangeiro, levando a que Portugal fosse integrado na *European Free Trade Association* (EFTA) em 1959. Por causa do aprofundamento das relações de produção na agricultura e do envolvimento nas guerras coloniais, a economia e a sociedade portuguesa, abriram-se para o exterior (troca de mercadorias, capitais, etc.). Assim, multiplicaram-se os investimentos financeiros em indústrias de estaleiros navais, siderurgia, etc., e em operações sobre terreno nas zonas de maior desenvolvimento urbano, como a área metropolitana de Lisboa.

Por esse motivo, intensificaram-se os processos de imigração internos e de urbanização devido à procura de mão-de-obra para actividades novas que acentuaram a procura de habitações, tendo como primeira consequência a urbanização e construção clandestinas. As graves carências habitacionais e o desenvolvimento industrial levaram à necessidade de melhorar as condições de reprodução da força de trabalho e, devido à pressão que o regime sofria, levou a uma política habitacional mais produtiva.

Os trabalhos do Plano Intercalar do FFH, entre 1965 e 1967, vieram dar uma nova visão ao sector. Procedeu-se à apresentação de propostas intervencionistas com o reforço da construção habitacional económica, a promoção direta pelo Estado de 24% da construção habitacional e a expropriação sistemática de terrenos para a construção habitacional e respectivas operações urbanísticas.

Mas foi em 1968, com Marcelo Caetano, que estas iniciativas a nível habitacional se concretizaram em termos legislativos e institucionais, contando com um forte reforço da intervenção do Estado. Como exemplos: o colóquio sobre política de habitação (1969); Lei dos Solos – Decreto-Lei nº 576/60; legislação sobre o licenciamento urbanístico – Decreto-Lei nº 166/70; planos de urbanização – Decreto-Lei nº 560/71 e 561/71; contenção da construção clandestina – Decreto-Lei nº 278/71.

Conforme já referido, em termos institucionais foi criado o FFH em 1969, tão bem como a Secretaria do Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU) e a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) em 1971 e a Direcção-Geral de Serviços de Urbanização (DGSU) foi reestruturada em 1972.

Durante este tempo a população habitacional havia decrescido, só se recuperando muito mais tarde. Em 1974 estavam concluídos 43.402 fogos em Portugal,

¹⁰ FONSECA FERREIRA, António in <http://www.fonsecaferreira.net/?p=419>, 29 de Agosto de 2011

mas só 2.339 foram promovidos pelo sector público, o resto pelo sector privado. Entre os anos de 1970 e 1974, a promoção pública ficava abaixo dos 4.000 fogos por ano, sendo cerca de 10% da construção pública. Ficava, assim, ainda longe dos objetivos do plano intercalar do FFH.

Foi a partir de 1974 que se verificou um grande incremento na construção da habitação social.

Entre 1974 e 1976, com a intervenção do FFH, os fogos construídos até à data passaram de 1.104, em 1974, para 14.795 em 1976. Só começaram a reduzir de novo em 1977. Isto aconteceu por causa de três acções conjugadas, que foram: a orientação dos planos do FFH (1965 a 1973), onde os esforços dos sectores industrializados e modernizadores do regime reforçaram a intervenção do Estado na promoção habitacional e nas políticas fundiárias; a pressão do vigoroso movimento reivindicativo a favor das melhorias de condições de vida habitacional das classes populares após o 25 de Abril de 1974 por causa da ocupação de casas, da criação de comissões e associações de moradores, do SAAL e das cooperativas de habitação; e, por fim, a natureza estatizante dos governos provisórios, que levou a um reforço da intervenção do Estado nas políticas habitacionais, com diversas modalidades e programas. Foram estas: a promoção direta pelo FFH da habitação social – arrendar às populações mais desfavorecidas; a promoção cooperativa e associativa – cooperativismo habitacional e SAAL; promoção municipal de custos controlados – “empréstimos às câmaras”; arrendamento social – “obras participadas” também para instituições de fins sociais, como as misericórdias; contratos de desenvolvimento para a habitação, onde estas seriam de custos controlados na sua construção e com a ajuda do Estado, bancos ou empresas privadas; e, a recuperação de imóveis degradados, com a ajuda da concessão de financiamento beneficiado aos proprietários.

Com a alteração da legislação de arrendamento urbano pelo decreto-lei nº445/74 e 198-A/75, foi reforçado o congelamento de rendas em todo o território português, mas também permitiu a actualização das rendas sobre novos contractos apenas; o princípio de arrendamento obrigatório de fogos devolutos, ou seja, bolsas de habitação, mas que nunca se concretizou. O Decreto-Lei de 198-A/75 visou a legislação das ocupações ocorridas até à data e introduziu novos requisitos de condicionamento de direitos à livre utilização da propriedade urbana.

Entre 1977 e 1980, o sector da habitação foi o primeiro a reflectir os efeitos da mudança política. Em Fevereiro de 1976, durante o VI Governo Provisório foi criado o

Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção (MHUC) que teve como base as razões ideológicas e a experiência como estratégia para reorientar a política habitacional.¹¹

Com este novo ministério surgiram novos postos de relevo atribuídos a antigos responsáveis pelas indústrias da construção civil que estavam ligadas aos promotores imobiliários, como substituição da promoção pública e dos custos controlados pelo financiamento às pessoas e famílias.

As medidas de criação para ajudar a relançar a promoção imobiliária foram a criação de um sistema de crédito à aquisição de casa própria e os juros fortemente bonificados pelo Estado e os prazos de amortização dilatados. Ao mesmo tempo foi reduzida a capacidade e o esforço de promoção no sector público, e o SAAL foi extinto. Também foram interrompidos os empréstimos às câmaras e o apoio às cooperativas. Isto levou a um aumento da construção privada de 24.000 fogos em 1977, para 32.000 fogos em 1980.¹²

Devido ao processo eleitoral entretanto levado a cabo, a promoção pública é reactivada nos primeiros meses de 1980. Contudo, com o decreto-lei nº 435/80, foi reforçado o crédito à habitação própria que abrangeria uma maior camada da população, com a adopção do sistema de amortizações progressivas e carência de cinco anos. Ou seja, alargar muito o crédito de habitação própria, municipalizar a promoção de iniciativa pública e apoiada e a liberalização do arrendamento urbano e as alterações institucionais no sector ao invocar as necessidades de “descentralizar”. Isto é, dar autonomia administrativa ao sector institucional.

Contudo, o governo, em 1982, transferiu para os municípios as competências da promoção habitacional do sector público, o que levou à extinção do FFH e ao início do Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH). É que, no entender do governo de então, o FFH havia-se tornado numa estrutura pesada e muito pouco eficiente.

Resumindo, o FFH foi criado nos finais dos anos 60 do século XX com o objetivo de realizar grandes empreendimentos. Contudo, sofreu várias vicissitudes após o 25 de Abril de 1974. A execução dos seus programas e as suas medidas políticas foram muito diversificadas. Mas, os seus resultados foram muito positivos no que tocava aos casos de empréstimos às câmaras, cooperativas de habitação e Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID). Com a sua extinção em 1982, cinco anos mais tarde

¹¹ Idem

¹² Idem

surge o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) através do decreto-lei 88/87. O IGAPHE vem a assumir as funções que o FFH desempenhava. Contudo, a sua filosofia e políticas de habitação são divergentes das que o FFH procurou dar execução.¹³

1.3.1 – Programas do Fundo Fomento de Habitação

Durante a vigência do FFH surgiram nove programas de apoio a pessoas e famílias carenciadas na aquisição de casa própria.

1.3.1.1. A Promoção Directa de Habitação (Renda Social)

Foram as caixas de previdência que, durante a ditadura salazarista, promoveram as habitações sociais para arrendamento. A construção de habitação social também era reduzida. Então, o FFH trouxe o reforço da intervenção do Estado na promoção da habitação. Esta promoção directa incluía dois programas, sendo o primeiro, o dos planos integrados. Este programa estava voltado para os empreendimentos de grandes dimensões devido às necessidades de alojamento das pessoas que vinham como mãos-de-obra para as indústrias que surgiam. Quem planeava e projectava, eram as equipas intercalares do FFH, e isto arrastou-se por muitos anos devido às alterações das circunstâncias políticas e da instabilidade das políticas de habitação.

O segundo programa foi denominado de realizações diversas e consistia na construção de empreendimentos de pequenas e médias dimensões em todo o país, como os bairros sociais das cidade e vilas da província. Os promotores, aqui, eram as autarquias, que até em certos casos se encarregavam das infraestruturas. Todavia, os projectos, os concursos, o financiamento e fiscalização ficava a cargo do FFH.

Este programa da promoção directa não teve grandes resultados, entre 1974 e 1990, de acordo com as necessidades de habitação social até nos meios mais mobilizados. Antes de 74 a ação do FFH centrava-se neste programa e nas obras participadas. Depois, a promoção directa continuou a mobilizar alguma parte dos seus recursos humanos e financeiros, quer a nível regional quer a nível central.

¹³ Idem

Contudo, no Norte, os resultados foram bons nas diversas realizações, pois em poucos anos, foram construídos bairros sociais nas principais cidades e vilas da região.

1.3.1.2. A Participação em Obras dos Municípios, Misericórdias e Afins

Este programa foi criado em 1945 através do Decreto-Lei nº34486. Aqui, o Estado concedia aos municípios, às misericórdias e outras instituições sem fins lucrativos, participações, sendo ao início de 40% e no seu final de 100%. A administração central também assegurava a assistência técnica.

As habitações destinavam-se aos estratos sociais mais desfavorecidos e eram atribuídas em regime de arrendamento ou propriedade resolúvel. Aos municípios, as participações foram extintas em 1979, com a entrada em vigor da Lei das Finanças locais.

O número de fogos construídos através deste programa é muito insignificante.

1.3.1.3. O Cooperativismo Habitacional

Após o 25 de Abril foram publicados os decretos-lei 730/74 e 787-A/74 sobre o cooperativismo habitacional, que estava sendo preparado desde 1969.

Este programa vinha com a potencialidade para promover habitações económicas, mas adaptadas às necessidades familiares que viviam sem apoios estatais.

Este novo regime jurídico e financeiro disponibilizava apoio privilegiado às cooperativas de habitação económica, mas condicionava a transação de posições sociais e a alinação das casas. Com as novas políticas do 25 de Abril, foi estimulada a criação e o desenvolvimento das Cooperativas de Habitação Económica (CHE). No FFH surge um sector de apoio e de coordenação do programa, que fez com que se construísse por todo o país dezenas de núcleos pró-cooperativas. Iniciaram-se assim os respetivos projetos e empreendimentos, criando áreas mais urbanizadas.

A importância com que esta estratégia revestiu o cooperativismo habitacional fez com que o programa fosse devidamente preparado, antes de ser lançado.

O programa foi estruturado de forma rigorosa com o objectivo do seu desenvolvimento sustentado. Assim, surgiu uma nova equipa de jovens técnicos no FFH que formataram e apoiaram a constituição das cooperativas habitacionais por todo o país: promoveram ações de formação e impulsionaram a organização intercooperativa; criaram e implementaram metodologias e instrumentos tipificados de execução do programa; e apoiaram, fortemente, as cooperativas na elaboração dos estatutos e na seleção dos terrenos.

No final do ano de 1977 o movimento estava implantado por todo o país e tinham sido adquiridos os terrenos e concretizados os projetos para, mais ou menos, 100 mil fogos. A burocracia da administração pública sem quadros cooperativos experientes e as restrições financeiras, fizeram com que o arranque do programa fosse demorado e com que os seus resultados ficassem aquém dos idealizados.

No final dos anos 80 existiam 120 cooperativas activas e uma crescente construção de fogos.

No início dos anos 90 as cooperativas organizavam-se em estruturas regionais e na Federação Nacional das CHE, que passou a ser fundamental na interlocução do governo com as administrações públicas.

1.3.1.4. O SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

O SAAL é o programa de base deste estudo, portanto será o programa que irei desenvolver no capítulo que se segue.

Este programa surgiu em Julho de 1974, pelas mãos do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas. O despacho assinado “(...) conferindo a máxima prioridade às operações de reabilitação dos bairros degradados (...)” criava um “(...) Serviço de Apoio Ambulatório Local, dirigido a estratos mais insolventes, mas com organização interna que permita o seu imediato envolvimento em autossoluções, com apoio estatal em terrenos, infraestruturas técnicas e financiamento (...)”.¹⁴

Assim surgiu o SAAL, que veio dar uma resposta ao realojamento de populações que viviam em barracas ou outras habitações precárias na zona metropolitana de Lisboa, do Porto e do Algarve e ao grande movimento da população que queria

¹⁴ FONSECA FERREIRA, A. *Por Uma Nova Política de Habitação*. Porto: Edições Afrontamento, 1987, p.83

melhores condições de habitação, surgindo assim as associações e comissões de moradores.

1.3.1.5. O Apoio à Autoconstrução Familiar

Programa criado em 1962, mas antes do 25 de Abril de 1974 não passou do papel. Era um programa de apoios e facilidades em terrenos, financiamento e benefícios fiscais.

Com a saída do Decreto-Lei nº 53/77 este programa passou a ajudar a dinamizar a autoconstrução familiar, aumentando as ajudas às famílias que tinham rendimentos inferiores ao salário mínimo. Passou a ser um programa de muita procura, ainda mais nos concelhos rurais do centro do país. Contudo, o FFH lançou um despacho em que condicionava o seu acesso e sujeitou-o a uma pesada burocracia, pois os do FFH não sabiam que mais de 50% da promoção da habitação do país era de iniciativa individual.

O despacho emitido pelo FFH mostra que, apesar das mudanças entre 1974 e 1976, não perdera a sua função inicial que era a da promoção de grandes construções, rejeitando e terminando com estes pequenos programas de autoconstrução, como o SAAL e as cooperativas.

1.3.1.6. A Concessão de Empréstimos às Câmaras Municipais

Em Novembro de 1974 com o Decreto-Lei nº 658/74 surgiu uma nova medida política em que era estipulada a concessão de crédito bonificado aos municípios para a construção habitacional, destinada a vendas.

Era uma medida conjuntural que pretendia combater a recessão da construção civil e o desemprego que veio com a revolução de Abril. Esta adequava-se às condições administrativas e financeiras e, também à capacidade de produção da construção civil.

Este programa era um processo muito descentralizador que aproveitou todos os recursos localmente.

O sucesso deste programa foram as construções de pequenos empreendimentos; o uso de pequenas partes de terreno; a reutilização de projetos do FFH, das câmaras, das caixas de previdência, etc.; o aparecimento de uma linha de

crédito sem burocracia; e, a prática de custos que se adequassem às famílias de baixo rendimento.

1.3.1.7. Os Contratos de Desenvolvimento para a Habitação

Foi com o Decreto-Lei nº 663/74 que surgira os contratos de desenvolvimento para a habitação entre o FFH e entidades bancárias como a CGD, Montepio Geral, etc. e as empresas de construção e promotores habitacionais.

Esta nova medida política apareceu numa altura de retracção do mercado habitacional e era caracterizada pelo apoio financeiro bonificado à construção com garantia de compra de uma parte da habitação ou do todo, pelo Estado. Assim, em contrapartida, a produção da habitação era a custos controlados.

Este programa era inovador e estratégico, que carecia de tempo e de estabilidade e de uma melhoria progressiva das suas bases e normas técnicas e financeiras. Acabou por desaparecer dois anos após o seu aparecimento.

1.3.1.8. O Programa de Recuperação de Imóveis Degradados

Em Setembro de 1976 foi publicado o Decreto-Lei nº 704/76 que autorizava o FFH a criar um programa de recuperação de imóveis degradados. Ao início, as suas condições financeiras eram favoráveis, quer em taxas de juro, quer nas amortizações. Podiam recorrer ao Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) das câmaras municipais e aos particulares, para recuperarem os bairros sociais ou para obras coercivas.

Ao contrário do programa mencionado no ponto 6, este não era descentralizador e flexível, pois revelou-se que os empréstimos às câmaras municipais tiveram grandes resultados nos seus primeiros anos.

Entre 1977 e 1981 o PRID apresentou grandes resultados na realização das recuperações. Contudo, com o Decreto-Lei nº 449/83, este financiamento passou a ser concedido aos institutos especializados em crédito e pelo Instituto Nacional de Habitação (INH), que tinham menos condições, sendo este outro erro das políticas de habitação dos anos 80 do século XX, pois o investimento na reabilitação e conservação das habitações era imposto como prioridade e como vantagens patrimoniais.

1.3.1.9. A construção de casas pré-fabricadas pela Comissão para o Alojamento de Refugiados

A Comissão para o Alojamento dos Refugiados foi criada a Março de 1976 com o objectivo de ajudar os retornados, que estavam alojados em hotéis, pensões, edifícios religiosos, etc., a encontrarem habitação. Assim sendo, o Conselho de Ministros pretendia a construção de 5.000 casas pré-fabricadas até ao final de Outubro de 1976. Em Junho de 76 já haviam 2.000 fogos. Mas, alguns meses depois queriam que o programa passasse para 15.000 fogos.

Sendo uma situação de emergência, este programa foi confiado a uma comissão e não ao FFH, pois queriam evitar estruturas pesadas e métodos burocráticos. Às câmaras municipais caberia disponibilizar os terrenos o mais rápido possível. Tirando a zona metropolitana de Lisboa, as respostas foram eficazes. Contudo, o programa não atingiu os objectivos pretendidos, o que levou a um grande atraso, custos elevados, fraudes e habitações sem qualidade. Exemplo disso é que no final de 77 só estavam construídos uma dezena de empreendimentos dos 220 contratados.

Devido a esta situação, o FFH veio reforçar este programa em Maio de 1978 e a pedido do Conselho de Ministros, que veio revelar-se demorado, pois não existiam processos organizados a qualquer nível (administrativos, contabilísticos e contratuais). Só a meio de 79 é que o programa foi regularizado e recuperado, mas com as orientações dadas pelo Secretário de Estado da Habitação da altura, pois a sua intervenção na gestão do programa levou à demissão do presidente do FFH e a inquéritos à equipa do mesmo. Isto levou a que nos anos seguintes existissem irregularidades e insucessos na construção e urbanismo.

Alguns anos após a conclusão destes edifícios, os mesmos estavam degradados. Inclusive, a maior partes dos bairros não tinham arranjos exteriores e tornaram-se em *ghettos* urbanos e sociais.

-Capítulo II-

“O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)”

“Efectivamente, houve tantas interpretações do SAAL quantas as formas de relação que se estabeleceram entre os seus intérpretes fundamentais...” (frase retirada de um Depoimento de Nuno Portas, in revista, Cidade/Campo, nº2, Maio de 1979)

2.1 – Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)

“O SAAL, o problema da habitação, o urbanismo, o cooperativismo, a participação popular, todos resumidos numa só sentença: “o senhor arquitecto faça a casinha como se fosse para si e assim eu heide gostar concerteza.”¹

Dado o 25 de Abril, surge o primeiro governo provisório. Nuno Portas, que se tornara o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, assinava a 31 Julho de 1974 um despacho que criava o programa (de promoção local habitacional) Serviço de Apoio Ambulatório Local como corpo técnico especializado do Fundo Fomento de Habitação, dirigido a estratos sociais mais carenciados. A organização interna deste programa, consistia no Ministério das Estruturas Sociais e Ambientais, na Secretaria de Estado para a Vivência e Urbanismo, no FFH, na Equipa Central (era o grupo de coordenação), na Equipa de Apoio Local (era a brigada técnica), nas Comissões de Vizinhos (cooperativas, associações) e Intercomissões de Vizinhos. Estes elementos permitiam o imediato envolvimento no realojamento das populações que viviam em barracas ou em alojamentos precários nas áreas metropolitanas de Lisboa, do Porto e do Algarve. Isto é, com estes elementos foi possível a rápida construção dos bairros sociais para as pessoas que viviam em condições muito precárias por todo o País.

Também deu resposta às grandes reivindicações populares que pugnavam por melhores condições habitacionais. Assim, a população foi organizada em comissões e associações de moradores. Ao mesmo tempo assistia-se a uma vaga de ocupações de casas vazias e/ou abandonadas.

O grande objectivo do programa SAAL era desencadear a reconversão dos bairros degradados com a ajuda dos moradores, como já referido acima, organizados em associações ou cooperativas. Isto tudo acontecia com o apoio do Estado e autarquias locais, através das brigadas técnicas. Estas brigadas técnicas eram constituídas por arquitectos, engenheiros, juristas, sociólogos e estudantes. As câmaras municipais também tinham um papel fundamental, pois eram elas que cediam os terrenos e o enquadramento urbanístico – escolha do local e execução do projecto urbanístico. Assim, com o apoio central do FFH (Fundo de Fomento de Habitação) e o apoio local, multiplicaram-se as associações e as brigadas técnicas. Os objectivos

¹ Excerto do Documentário “As Operações SAAL” de João Dias, 2007

subjacentes a este diploma assentavam, segundo Nuno Portas, em quatro grandes pilares. Em primeiro lugar, tratava-se de ligar: “o Estado a certos sectores mais dinâmicos da sociedade civil, através de um mecanismo de descentralização. Não uma descentralização para as autarquias (...) - mas uma descentralização de facto, ainda que legalmente coberta só muito mais tarde, para os próprios interessados, quando organizados, passando por cima, algumas vezes, de prerrogativas dos Serviços de Estado”².

E, em segundo lugar, o programa SAAL visava “ligar a função técnica existente nas instituições do Estado ou fora delas, aos agentes que deveriam servir”, invertendo assim a tendência para as iniciativas de “racionalidade decidida no aparelho de Estado, mais ou menos central, e independentemente da vontade e recursos não monetários dos moradores a que se destinam”³.

Entre 1974 e 1975, o programa, rapidamente, passou a ser um movimento reivindicativo com a ajuda das brigadas técnicas e conseqüente fácil manipulação da população, devido à sua condição económica e cultural, à recusa da auto-construção e à participação na reconversão dos bairros, que representava uma dupla exploração no trabalho e na construção do alojamento, e também devido a um certo vanguardismo dominante e agressivo por parte dos técnicos de algumas brigadas e do próprio FFH.

As operações SAAL tinham início com a identificação das zonas de intervenção e do tipo de acções a desenvolver. A esse primeiro passo seguia-se a programação conjunta de cada intervenção pelas brigadas técnicas e pelos moradores e as suas comissões. Cabia a um grupo de trabalho do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), que, conforme já referido, era o serviço do Estado responsável pela gestão e organização do SAAL, ir dando resposta institucional, através das câmaras municipais, às exigências relativas aos meios necessários para a prossecução das diferentes tarefas. Procurava-se, deste modo, e simultaneamente, definir as medidas de políticas capazes de dar coerência às acções e, progressivamente, ao próprio programa como um todo. As energias que deste modo eram convocadas tinham, assim, uma tripla proveniência:

² Portas, Nuno, «O processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 18/19/20, Coimbra: Imprensa da Universidade, Coimbra Editora, 1986, p. 638

³ Idem, p.639

a) O Estado, tanto o poder central como o local, que tinha a seu cargo a realização dos trabalhos de infra-estruturação viária e sanitária e a obtenção ou disponibilização de terrenos e materiais de construção;

b) Os recursos técnicos e científicos disponibilizados através das brigadas multidisciplinares, que operavam tanto na identificação das zonas de intervenção como no próprio processo de construção;

c) As próprias populações que, com a sua mão-de-obra, recursos monetários ou combinações de ambos, participavam activamente nas operações.

Foi um programa que rompeu a vários níveis com a política habitacional do Estado Novo, pois interligou a noção de direito dos utentes à habitação com o direito à cidade, procurando articular as intervenções estatais com o tecido social, renovando recursos e instrumentos de acção, no que toca à gestão urbanística que o governo tinha, e passando a responsabilidade da gestão e controlo das operações a ser dos utentes e das brigadas técnicas. Outra área em que o SAAL surgia como uma experiência inovadora era a da produção legislativa. De facto, e desde o seu início, o programa propôs uma lógica operativa que, até então, nunca havia sido posta em prática. Com efeito, os programas costumavam passar à fase de execução apenas na sequência da regulamentação dos seus mecanismos operativos. O SAAL, contrariamente a essa orientação, optaria consciente e explicitamente por uma concepção de legislação em processo. Tratava-se, segundo Nuno Portas, de uma iniciativa “mal definida à partida, como um risco assumido e não como um defeito”⁴. Os aspectos jurídicos eram gradualmente definidos e consagrados em função da informação e do conhecimento obtidos através das próprias experiências de intervenção.

Contudo, não houve uma adequada clarificação e regulamentação das normas, das estruturas e dos instrumentos deste programa, nem do estatuto e do enquadramento hierárquico das brigadas técnicas. O mesmo sucedeu com as competências dos serviços centrais, com a articulação das associações e cooperativas, com a expropriação e disponibilização expedita dos terrenos, e ainda com as condições de financiamento e regulamentação.

O fim das relações entre o programa SAAL e as Autarquias, levaram a que, a 27 de Outubro de 1976, fosse publicado um despacho conjunto do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção (Eduardo Pereira) e do Ministro da Administração Interna

⁴ Idem, p.637

(Costa Brás) que apresentava o propósito de reconduzir o programa ao seu espírito inicial e recolocava o controlo do SAAL nas autarquias, onde os mesmos diziam que «após dois anos de experiência, conclui-se que algumas brigadas do SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais», considerando-se assim que as populações mal alojadas não tinham vindo a ser «acompanhadas como era imperioso que o fossem»⁵.

Isto porque, entre o SAAL e as autarquias vinha existindo um contencioso e que os opunha, não só devido às brigadas, mas também às associações e cooperativas que sempre procuravam ultrapassar as câmaras municipais, porque estas não entregavam os instrumentos expeditos de expropriação dos terrenos, nem dos meios financeiros para tal. Mas, segundo Nuno Portas “o despacho de 27 de Outubro de 1976 para muitos ficou designado por «extinção do SAAL» e para outros de simples «repor do processo no seu lugar», não oferece grandes dúvidas que, subjectivamente, se pretendia desacelerar as operações iniciadas e desencorajar novas iniciativas, dando a impressão de que apenas se estavam a corrigir excessos que aliás não se objectivaram, ainda que não custe admitir que nalguns casos tivessem existido, ruidoso zelo de Administração.”⁶

Assim, o SAAL com a sua “assustadora” progressão da construção clandestina e o surgimento de novos bairros degradados deixou pairar a suspeita de que tais fenómenos, eventualmente, resultariam em desvios e ineficácia do programa. Mas, nada disto teve consequências práticas e o despacho representou o fim do programa SAAL, pois na perspectiva do Estado, era o resultado da “«indefinição governamental» observada desde o seu início e que «não cessou de se acentuar até à ruptura. A resposta dos poderes políticos surgiu apenas onde, quando e na medida da pressão das populações e das situações de facto consumado com que foram deparando”⁷.

Apesar do seu término em 1976, algumas operações SAAL prosseguiram com o apoio das autarquias. É estimado que através do programa se tenham construído cerca de 7 mil fogos, de um total de 40 mil fogos previstos em 74/75.

⁵ SERVIÇO AMBULATÓRIO DE APOIO LOCAL. *Conselho Nacional - Livro branco do SAAL 1974-1976 / Conselho Nacional do SAAL*, Vila Nova de Gaia, Rocha Artes Gráficas, 1976, p.452

⁶ Depoimento de Nuno Portas, in revista, *Cidade/Campo*, nº2, Maio de 1979, in <http://saal-memorias.blogspot.pt/2006/02/depoimento-de-arquitecto-nuno-portas.html>

⁷ BROCHADO COELHO, Mário, «Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE - 1974-1976)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Coimbra: Imprensa da Universidade, Coimbra Editora, 1986, p.657

Na altura da publicação do despacho do fim do SAAL em Outubro de 1976, a situação de realização do programa era a seguinte:

Associações Legalizadas	Operações	Famílias Envolvidas	Terrenos Adquiridos (ha)	Projectos Concluídos	Fogos Iniciados
131	174	40.000	40	4.000	2.259

Concluindo, o programa SAAL era bastante revolucionário, em termos sociais e urbanísticos: na participação dos moradores na concepção das habitações, no realojamento em locais centrais da cidade e na gestão do processo pelos utentes organizados em associações ou cooperativas. Isto é, o SAAL com os seus prós e contras, foi uma política habitacional que fez questão de envolver as pessoas implicadas no programa. Engenheiros, arquitectos e estudantes finalistas de arquitectura, foram conduzidos a um grande número de núcleos habitacionais degradados e de forma ilegais, na tentativa de recuperar e reabilitar os espaços, mas mantendo os traços das casas já construídas sempre que possível e legalização dos terrenos.

Após o término do programa SAAL o contexto de habitação social em Portugal mudou bastante e de forma drástica, pois as necessidades de habitação aumentaram bastante, tanto mais que, com a vinda de pessoas que viviam nos países africanos, o número de habitantes aumentou em grande escala e então os bairros de lata ou barracas também aumentaram drasticamente.

Apesar de ter sido um programa de pouca duração, foi um empreendimento grandioso e importante no panorama Português. Isto, porque o planeamento urbano e o conhecimento técnico foram colocados ao serviço das populações e da sua luta pela transformação das relações sociais em favor do bem-estar colectivo e individual. O Estado promoveu, na onda revolucionária, modos de intervenção urbana com urgência, que envolveram os utentes e criou condições de base para uma acção continuada (com o apoio militar, nova legislação, novo quadro de valores, etc). Numa fase seguinte, as dinâmicas sociais foram o retrato de um Estado dividido entre o apoio e o abandono de um assinável movimento social. Muitos dos militares do MFA participaram em projectos que as suas estruturas assumiram como um imperativo emancipatório e solidário. Foram chamados muitas vezes a intervir nas situações de conflito, mais durante as ocupações das casas abandonadas. Os agentes das brigadas técnicas foram fundamentais na criação e definição das estratégias de cumprimento dos objectivos do movimento, assim

como as alianças feitas com as associações e cooperativas, num processo que nem sempre foi fácil, pois foram obrigados a discutir as concepções estéticas e os gostos dos utentes, procurando soluções técnicas de baixo custo, de modo a personalizar a habitação de acordo com as vivências.

A acção de Nuno Portas como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, mostrou uma notória coincidência entre as suas competências como arquitecto e político, pois o seu trabalho é, hoje em dia, objecto de revisitação regular no que toca à arquitectura e planeamento urbano, sobretudo por causa da forma como conseguiu assegurar as condições para o estabelecimento de estruturas como o SAAL ou, posteriormente, o Gabinete de Apoio Técnico, bem como a criação das brigadas técnicas e cooperativas associadas ao SAAL.

Também associados ao SAAL, existiram vários fenómenos da participação da população, com mais destaque para a importância das cooperativas de habitação, que agruparam as pessoas que viviam nos bairros degradados, ilhas e em prédios sub-alugados ou até mesmo ocupações em casas abandonadas. A dinâmica do programa SAAL deu oportunidade às populações de discutirem a importância da complementaridade entre o espaço habitacional e as infra-estruturas fundamentais, reclamando equipamentos urbanos e sociais colocados no local, de modo a que se criassem raízes para se criar formas de sociabilidade apropriadas na utilização do espaço público.

As operações SAAL obtiveram reconhecimento internacional em conferências e públicas especializadas e também ajudou a que vários arquitectos como Siza Vieira, Alexandre Alves da Costa, Vítor Figueiredo, Nuno Portas, Souto Moura, Manuel Tainha ou Gonçalo Byrne, fossem reconhecidos internacionalmente, principalmente em Itália e Espanha.⁸ Foi um impulso crucial para o desenvolvimento da arquitectura portuguesa moderna e também das suas carreiras individuais. Por fim, os bairros criados e suas tipologias habitacionais sofreram uma evolução vivencial de acordo com os diferentes processos de concepção, edificação e gestão. Cada bairro evoluiu no tempo de acordo com o seu ritmo, economia, geografia, política e sociedade. Foi uma operação que abrangeu todo o País. A arquitectura e o planeamento urbano resultantes, hoje em dia, são um acervo dos modelos habitacionais que importa reavaliar.

⁸ BORGES DOS REIS, Sofia, *74-86 Arquitectura em Portugal: Uma Leitura a Partir da Imprensa*, 2007, capítulo 3 – 3.1; e também em RODA FERNANDES, Samuel, *Extra]muros[9 pontos para a compreensão da importância das operações SAAL*, saal-memorias.blogspot.pt

2.2 – SAAL na Zona do Algarve

“O SAAL conheceu no espaço e no tempo formas de desenvolvimento diferenciado e por isso não foi o mesmo no Norte, no Centro e no Sul do País.”⁹

“SAAL, hoje, é o bairro degradado da Meia Praia!”¹⁰

Para além dos empreendimentos SAAL no Algarve, para comunidades piscatórias em pequenos aglomerados marítimos ou mesmo nas praias, como por exemplo, Cabanas, em Tavira; Alvor, em Portimão; Apeadeiro e Duna na Meia Praia, ambos em Lagos, efectuaram-se outras intervenções SAAL no País também para comunidades piscatórias, como, por exemplo, Angeiras, em Matosinhos, ou Cortegaça, em Ovar. Foram as operações da Meia Praia que desencadearam as operações SAAL no Algarve. José Veloso, arquitecto lacobrigense, quando tomou conhecimento desta notícia, foi ter com os habitantes que viviam em choupanas precárias na praia. Chegou lá com a intenção de sugerir pareceria com eles, ou seja, trabalhar com eles numa melhoria de condições de habitação. Apesar de alguns utentes terem ficado, um pouco, de “pé atrás”, a persistência do arquitecto levou ao desencadeamento destas operações, que se alastraram por todo o Algarve, onde, em poucos meses já existiam cerca de duas dezenas e meia de operações SAAL que reclamavam por um serviço regional algarvio.

Apesar de as operações SAAL terem começado tardiamente no Algarve, depressa ganharam forma de obra construída. Contudo, a participação dos moradores não foi entendida da mesma maneira em todas as zonas da região.

Algumas discussões sobre as tipologias, principalmente na Meia Praia, foram-se desenvolvendo no início das construções, quando já se erguiam as paredes. Assim, as habitações possuem forma de acordo com os desejos do momento e da necessidade urgente de começar a construir. Isto é, aquelas habitações são quase como organigramas feitos, não em papel, mas sim em tijolo e cimento, que se foram formando na medida certa do dia-a-dia. Já em Castro Marim ou Olhão, nos projectos da autoria de José Maria Lopes da Costa, as tipologias são menos estáticas ou maciças, pois a sequência de pátios nos volumes em banda são dinamizados com a intercalação de

⁹ Depoimento de Nuno Portas, in *Op Cit*

¹⁰ VELOSO, José, “depoimento em entrevista a 3 de Julho de 2013”, anexo I

outros volumes. A cobertura inclinada gera uma imagem de conjunto que vai surgir na reinterpretação das referências vernaculares.

Tirando o bairro da Cerca do Cemitério em Lagos, o bairro de Vila Real de Santo António e o do Cemitério em Olhão, que foram construídas tardiamente, todas as operações SAAL algarvias preconizam fogos unifamiliares. As soluções de articulação volumétrica em volta dos pátios está presente num grande número de operações, jogando assim com a forma de vivência exterior, própria do clima algarvio.

Na Cerca do Cemitério em Lagos, com aqueles volumes secos de blocos colectivos, onde se acrescentam rampas de acesso vertical, que originam uma leitura de duas escalas, gera uma estranha movimentação nas fachadas e nos espaços intersticiais.

Contudo, a pressão turística do Algarve tentou várias vezes em algumas operações, gerar dificuldades à realização das obras, pois, os bairros da Meia Praia, Alvor, Quarteira e Montegordo, estando implantados em áreas muito desejadas, chocaram com propostas de hotéis, aldeamentos e campos de golfe, o que levou a que tivessem sérios problemas de regularização da posse dos terrenos e impor os desejos dos moradores.

Operações SAAL no Algarve:

Barlavento:

- Aljezur (Iniciou-se em Maio de 1976 com 20 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Lagoa - Estômbar (Iniciou-se em Julho de 1976 com 60 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Lagoa - Mexilhoeira da Carregação (Iniciou-se em Maio de 1976 com 70 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Lagos - Bensafrim (Iniciou-se em Setembro de 1976 com 21 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Lagos - Cerca do Cemitério (Iniciou-se em Abril de 1975 com 103 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Lagos - Espiche (Iniciou-se em Fevereiro de 1976 com 31 Fogos, responsável Arq. José Veloso)

- Lagos - Meia Praia – Apeadeiro (Iniciou-se em Janeiro de 1975 com 36 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Lagos - Meia Praia – Duna (Iniciou-se em Março de 1975 com 18 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Lagos - Praia da Luz (Iniciou-se em Abril de 1975 com 17 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Portimão - Alvor (Iniciou-se em Dezembro de 1975 com 48 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Portimão - Chão das Donas – Bairro 1 de Junho (Iniciou-se em Novembro de 1975 com 24 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Portimão - Coca Maravilhas – Boa Hora (Iniciou-se em Abril de 1975 com 54 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Portimão - Progresso (Iniciou-se em Setembro de 1976 com 41 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Silves - Enxerim (Iniciou-se em Maio de 1976 com 34 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Vila do Bispo - Burgau (Iniciou-se em Outubro de 1975 com 16 Fogos, responsável Arq. José Veloso)
- Albufeira (Iniciou-se em Novembro de 1976 com 80 Fogos, responsável Arq. Manuel Dias)

Centro:

- Loulé – Quarteira (Iniciou-se em Maio de 1976 com 150 Fogos, responsável Arq. Manuel Dias)
- Olhão – Cemitério (Iniciou-se em Agosto de 1976 com 50 Fogos, responsável Arq. Manuel Dias)
- Olhão – Marim (Iniciou-se em Novembro de 1975 com 40 Fogos, responsável Arq. José Maria Lopes da Costa)

Sotavento:

- Tavira – Tavira (Iniciou-se em Março de 1976 com 53 Fogos, responsável Arq. João Moitinho)
- Tavira – Cabanas (Iniciou-se em Fevereiro de 1976 com 24 Fogos, responsável Arq. João Moitinho)

- Vila Real Santo António – Montegordo - (Iniciou-se em Novembro de 1976 com 133 Fogos, responsável Arq. João Moitinho)
- Vila Real Santo António – Vila Real Santo António (Iniciou-se em Abril de 1976 com 80 Fogos, responsável Arq. João Moitinho)

2.3 – SAAL na Zona de Portimão

As Operações SAAL chegam a Portimão “pelas mãos” do arquitecto lacobrigense José Veloso, em dois pontos do concelho: Portimão e Alvor. Em Portimão o primeiro bairro, Boa Hora, começa a ser erguido em Abril de 75; o segundo, o bairro 1 de Junho, em Novembro de 75 e o terceiro, o bairro Progresso, em Setembro de 76. O bairro de Alvor, iniciou-se em Dezembro de 1976. Este último bairro fica bastante afastado dos restantes, quase junto à praia.

Contudo, tanto o Boa Hora, como o Progresso e o 1 de Junho situam-se entre a Estrada Nacional 125 e as Ruas Coca Maravilhas e Nossa Senhora da Conceição. Os três Bairros de Portimão são assim contíguos. Estes Bairros, segundo José Veloso, destinavam-se a moradores do concelho de Portimão em condições precárias de habitabilidade na época (o grupo de moradores habitavam entre a Coca Maravilhas e o concelho de Monchique). Já o bairro de Alvor, que começou a ser construído em Dezembro de 1975, destinava-se à comunidade piscatória que se encontrava em condições precárias de habitabilidade junto à zona costeira de Alvor. Para estas habitações, segundo o próprio arquitecto: “as pessoas inscreviam-se. Depois uma equipa estudava as famílias. Então eram seleccionadas, primeiro pela equipa (arquitecto e trabalhadores) e depois pelo FFH, mas sempre com o acompanhamento da câmara”¹¹.

Todas estas operações tratam-se de habitações unifamiliares que foram construídas, de acordo com o arquitecto José Veloso, “como resultado de conversas com os moradores, das vivências e da utilização dos fogos. Do terreno e das situações das pessoas. Do seu entendimento”¹².

Contudo, com o final deste programa SAAL, a continuação da construção dos bairros em Portimão deixaram se ser acompanhados, monitorizados ou mesmo fiscalizados por parte das entidades responsáveis, como as brigadas técnicas, o Fundo Fomento de Habitação e as Câmaras Municipais. As associações e cooperativas são

¹¹ VELOSO, José, “depoimento em entrevista a 3 de Julho de 2013”

¹² Idem

deixadas à deriva e com habitações incompletas ou nem começadas, tendo os próprios moradores que comprar os terrenos e terminar a construção das habitações sozinhos.

-Capítulo III-

“O bairro 1 de Junho”

3.1 – O arquitecto José Veloso – Vida e Obra

José Paulo Velho Geraldo Albuquerque Veloso nasceu a 09 de Junho de 1930 em Santa Maria, no concelho de Lagos.

Entrou na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 1948, e defendeu a sua tese em 1961, obtendo uma classificação de 18 valores.

Enquanto estudante de arquitetura, trabalhou no atelier do arquiteto Paulo Cunha, em Lisboa, e como estagiário num atelier em Lagos.

Fez parte da Comissão Organizadora da Assembleia Constituinte da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Desempenhou cargos públicos como membro da Assembleia Municipal de Lagos, nas listas da Aliança Povo Unido (APU) e Coligação Democrática Unitária (CDU), nos mandatos 1980/82, 1986/89 e 1990/93 e como vereador da Câmara Municipal de Lagos no mandato 1983/85, nas listas da APU.

Em termos de atividade profissional, teve gabinete próprio em regime de profissão liberal, e também trabalhou, pontualmente, em equipa ou colaboração com os arquitetos José Pacheco, Raul Hestnes Ferreira, Rui Paula, Jorge Cardoso da Silva, Fernando Varandas, José Lopes da Costa, Maria Francisca Balmori, António Marques, Luiz Abreu, com o designer Manuel Dias, com a museóloga Luisa Rogado e com a arquitecta paisagista Paula Carvalho.

Em 1974/76, trabalhou para o Fundo de Fomento da Habitação como coordenador de equipas de projeto do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), com 16 projetos construídos nos Concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa e Silves.

Candidatou-se a deputado pelo Circulo de Faro nas eleições para Assembleia Nacional em 1969, nas listas da Comissão Democrática Eleitoral, CDE, nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, como membro do Movimento Democrático Português (MDP/ Comissões Democráticas Eleitorais (CDE)) e em eleições para a Assembleia de República em 1979 (intercalares) e 1980, como membro do Partido Comunista Português (PCP).

Participou em várias associações fazendo parte do grupo que fundou o Clube de Vela de Lagos, (CVL), em 1950, e foi eleito para vários cargos de Comodoro e de

Presidente da Direcção. Foi membro eleito do Conselho Técnico da Federação Portuguesa de Vela.

Participou na fundação da Associação Nacional de Cruzeiros, (ANC), de que foi eleito Presidente do Conselho Fiscal, e fundador da Delegação no Algarve. É Membro Honorário do ANC. Foi sócio fundador e eleito Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Lacobrigense de Desportistas Náuticos, (ALDN). Foi ainda sócio fundador e eleito Presidente da Mesa da Assembleia Geral da TERTÚLIA, Associação Sociocultural de Aljezur.

Em termos de política partidária foi membro da comissão concelhia de Lagos do PCP e fez parte da direcção regional de Faro do mesmo partido.

Desde 1976 dedicou a atividade profissional quase exclusivamente a projetos de equipamento público e de habitação de promoção municipal, com obras construídas nos Concelhos de Alcoutim, Aljustrel, Aljezur; Castro Verde, Cuba, Lagos, Mértola, Nisa, Ourique, Silves, Tavira, o planeamento e ordenamento, em Aljustrel, Castro Verde, Mértola, Vila Real de Santo António, e a habitação cooperativa nos Concelhos de Castro Verde, Lagoa, Lagos, Odemira, etc.

Participou no filme de longa-metragem, realizado por António da Cunha Teles CONTINUAR A VIVER ou OS ÍNDIOS DA MEIA PRAIA, musicado por José Afonso com a canção com o mesmo nome, sobre o projeto de sua autoria e a obra de construção das habitações da Associação de Moradores 25 de Abril, no Sítio do Apeadeiro, Meia Praia, Lagos, no âmbito do programa SAAL.

Participou no documentário de longa-metragem O PROCESSO SAAL, realizado por João Dias

A partir de 1976 e até 2002 exerceu a profissão como membro da Cooperativa BLOCO, Crl. Retomou depois a profissão liberal, com gabinete em Faro.

Recebeu Menções Honrosas do FFH em projetos de habitação cooperativa em Lagos. Tem uma obra em Monchique selecionada pelo IPPAR e diversas obras referenciadas no Inquérito à Arquitectura Portuguesa do Século XX, IAPXX, promovido pela Ordem dos Arquitetos.

Fez parte de lista para Presidente da Direcção da Associação dos Arquitetos Portugueses, antecessora da Ordem dos Arquitetos, tendo desempenhado o cargo de membro eleito do Conselho de Delegados num mandato.

Publicaram projetos de arquitetura seus e/ou fizeram-lhes referências, as revistas:

- *Arquitectura*, nº 85, 1962
- *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Mai/Jun, 1976
- *Arquitectura e Vida*, nº 24, Fev. 2002
- *Arquitectura e Construção*, nº 47, Fev./Mar, 2008
- *Projectos de Referencia*, INH, Set, 2001

Referência em livros / Publicações:

- *10 Anos de Artes Plásticas e Arquitectura*, 1974/84, Rui Mário Gonçalves e Francisco Silva Dias
- *Lagos, Recuperação Urbana e Património*, Rui M. Paula, Câmara Municipal de Lagos
- *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920/1970*, IPPAR, Ministério da Cultura
- *Arquitectura no Algarve*, José Manuel Fernandes
- *Habitação Cooperativa em Portugal*, FENACHE
- *Projetos e Obras, 1990/95*, MOPTC
- *Inquérito à Arquitectura Portuguesa do Século XX*, IAPXX, Ordem dos Arquitetos

Entre os vários projectos, destacam-se: O Mercado de Lagos; a Sede da Freguesia de Messines; alguns trabalhos de planeamento em Vila Real de Santo António, em Aljustrel (em conjunto com o arquitecto Paulo¹); o Cineteatro de Nisa; O Estádio de Futebol em Castro Verde; A biblioteca / videoteca de Castro Verde; O museu de Cerne; Um centro cultural²; a Estalagem de Monchique; entre outros vários Equipamentos³.

¹ O arquitecto José Veloso só se lembrava deste nome «Paulo». Provavelmente deve ser o arquitecto Paulo Cunha, em cujo atelier trabalhou em Lisboa, como se pode constatar no ponto 3.1 «O arquitecto José Veloso – Vida e Obra.»

² Onde se situa o centro cultural não me foi mencionado pelo arquitecto José Veloso

³ O arquitecto não referiu quais são os equipamentos e nem onde se situam na entrevista que lhe fiz, disse que não se lembrava

A sua intervenção no SAAL

No Algarve:

- Aljezur – Bairro o Povo Vencerá – 20 Fogos – Maio de 1976;
- Lagoa:
 - Estômbar – Bairro Boa Esperança – 60 Fogos – Julho de 1976;
 - Mexilhoeira da Carregação – Bairro da Boa Vontade – 70 Fogos;
- Lagos:
 - Bensafrim – Bairro Zona Verde – 21 Fogos – Setembro de 1976;
 - Cerca do Cemitério – Bairro 28 Setembro – 103 Fogos – Abril de 1975;
 - Espiche – Bairro da Liberdade – 31 Fogos – Fevereiro de 1976;
 - Meia Praia (Apeadeiro) – Bairro 25 de Abril – 36 Fogos – Janeiro de 1975;
 - Meia Praia (Duna) – Bairro 1º Maio – 18 Fogos – Março de 1975;
 - Praia da Luz – Bairro 11 de Março – 17 Fogos – Abril de 1975;
- Portimão:
 - Alvor – Bairro Popular – 48 Fogos – Dezembro de 1975;
 - Chão das Donas/Coca-Maravilhas – Bairro 1 de Junho – 24 Fogos – Novembro de 1975;
 - Coca-Maravilhas – Bairro Boa Hora – 54 Fogos – Abril de 1975;
 - Coca-Maravilhas – Bairro do Progresso – 41 Fogos – Setembro de 1976;
- Silves:
 - Bairro Vermelho – 34 Fogos – Maio de 1976;
 - Bairro Progresso – Setembro de 1976;
- Vila do Bispo – Bairro Unidade – 16 Fogos – Outubro de 1975;

No Baixo Alentejo:

- Odemira – associação transformada em cooperativa – 60 Fogos – Fase Final do SAAL – em conjunto com o Arquitecto Fernando Varandas.

3.2 – O projecto do arquitecto José Veloso



Figura 1- Fotografia área do Bairro 1 de Junho em Portimão, Google Earth, 2014

O Bairro 1 de Junho foi construído no ano de 1975, no âmbito do programa SAAL. É um bairro constituído por 24 fogos. O projecto do Bairro 1 de Junho é da autoria do arquitecto impulsor deste programa no Algarve, José Veloso.

Situa-se na zona da Chão das Donas/Coca Maravilhas em Portimão, junto à estrada Nacional 125 e as ruas Coca Maravilhas e Nossa Senhora da Conceição. Apesar de ser um bairro independente, é contíguo com o bairro Boa Hora e o bairro do Progresso, ambos do programa SAAL e, conforme já referido, também projectados pelo mesmo arquitecto.

Os bairros do SAAL criados pelo arquitecto José Veloso são quase todos com habitações unifamiliares. As habitações deste bairro foram projectadas de forma evolutiva. Isto é, as casas foram projectadas para que fosse possível uma ampliação da mesma e sem necessidade de demolições avultadas para construir mais um compartimento. O bairro a que respeita este estudo, o 1 de Junho, é assim, um projecto de 24 habitações unifamiliares, pensadas de forma evolutiva, como podemos verificar nas plantas desenhadas pelo arquitecto Veloso, pois um T2 pode passar a ser um T3, um T3 passar a um T4, um T4 a T5...

O projecto desenhado por José Veloso mostra-nos uma habitação térrea com dois pátios: um exterior e outro interior.

A habitação social divide-se em três zonas: a primeira zona, a da esquerda para quem entra na casa vindo da rua, onde se encontra a sala e o pátio interior; a zona

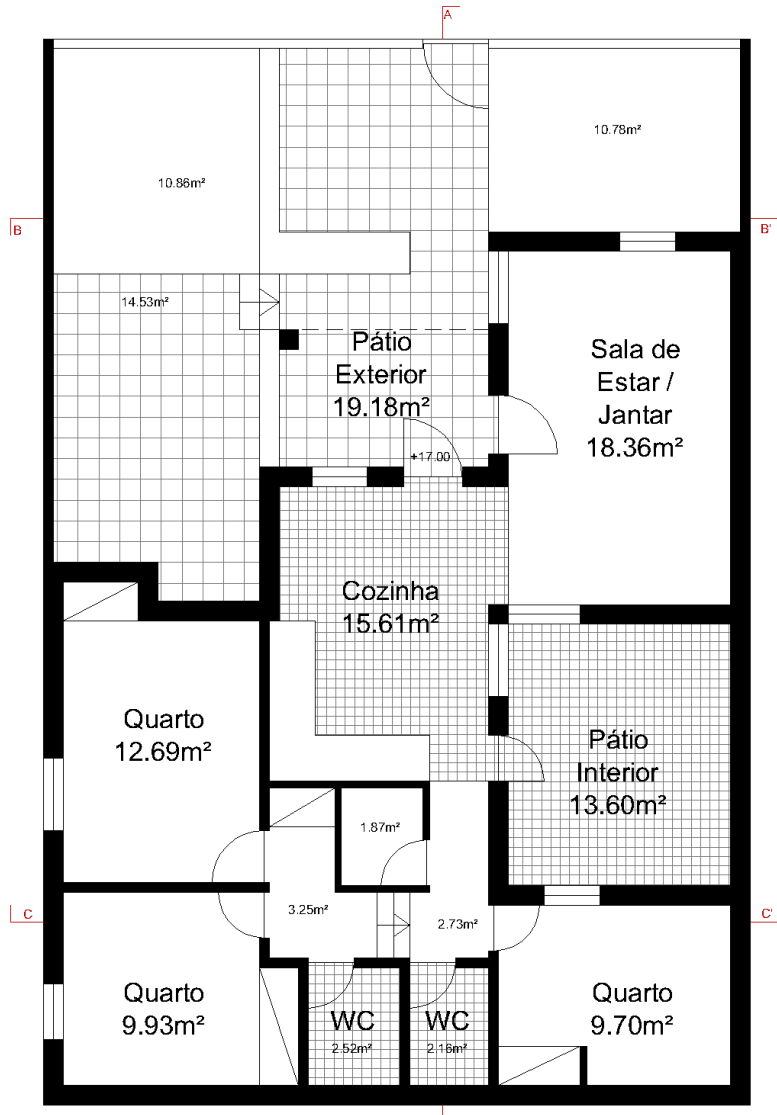
central com a cozinha e as casas de banho; e a zona da direita é onde se encontram os quartos e é por onde a habitação vai evoluindo de acordo com as tipologias futuras.

Assim sendo, a primeira planta (T2) mostra-nos uma das habitações tipo do bairro social 1 de Junho. O acesso à habitação é feito por um pátio central que nos conduz à entrada principal da casa ou à sala de estar/jantar que se situa à esquerda e a um espaço ligeiramente mais baixo, situado à direita. Ao entrar na habitação, em frente, está a cozinha que conduz à esquerda a um acesso para a sala de estar e para um pátio interior e ainda a um pequeno quarto e uma pequena casa de banho. Se continuar pelo corredor da cozinha está uma pequena dispensa e uns três degraus que nos conduzem a mais uma casa de banho e um quarto, a uma cota mais elevada que a anterior. O acesso ao pátio interior pode ser feito tanto pela sala, como pela cozinha. Também o acesso à sala pode ser efectuado pela cozinha e pelo exterior da habitação.



Planta 1- Tipologia T2

Na segunda planta (T3), já se pode ver o começo do processo que permite a evolução da habitação com o acréscimo de um quarto na ala direita, junto ao outro quarto que se encontra 0.54 cm acima da cota do restante piso.



Planta 2- Tipologia T3

Na terceira planta (T4), é criada um pequeno corredor no lado direito da cozinha, com mais três degraus que levam a mais um quarto, no seguimento do outro quarto que o T3 acrescenta.



Planta 3- Tipologia T4

Já na quarta e última planta (T5) o seguimento é quebrado, pois a construção do último e pequeno quarto não vem junto aos outros já construídos. Este último é construído na ala esquerda, em frente à sala. Onde havia uma janela da sala para o exterior abre-se uma porta para um novo quarto.

3.3 – O processo de transformação/apropriação do bairro por parte dos utentes

Segundo Nuno Miguel Cavaca Augusto,⁴ a apropriação do Espaço é resultante de uma construção em redor da habitação sem qualquer assistência técnica, ou seja, o modo como o individuo toma para si esse espaço. Isto é, a forma como se identifica, relaciona e intervém nele, a identidade, a sociabilidade e a participação, surgem como conceitos centrais do conceito mais global de apropriação.

Outro conceito fundamental é o de participação, ou carência de participação, que resulta da carência de identidade e de sociabilidade. Isto é, o individuo dificilmente participará na defesa dos interesses de um espaço com o qual não se identifica e não assume como seu. A identidade é aplicada a um dado espaço e que entende-se como uma correspondência entre as referências sociais e culturais dos actores sociais e o conjunto de imagens e de representações mensais que este espaço recria para cada individuo.

Os bairros sociais, estigmatizados de periféricos e segregados, devido à sua fácil identificação, dificultou ainda mais a plena inserção dos actores no espaço urbano. Assim, o percurso dos residentes é aquele que normalmente surge na maioria das pesquisas efectuadas e devido às condições habitacionais anteriores levou a um conjunto de intervenções nos fogos, pelos próprios moradores.

A conquista de melhores condições de vida dos indivíduos forçou a realização de um conjunto de obras, também em parte graças aos problemas que as habitações apresentavam, aquando da sua construção. A maioria são obras de melhoramento, restauro ou transformação, como resposta ao estado original da habitação que, em muitos casos, pouco se adequa à realidade e exigências actuais.

Outra condição de apropriação é que ao conseguirem comprar a própria habitação, esse sentimento de propriedade levou a que os moradores perdessem algum medo de transformar a aparência da habitação, quer a nível interior, quer exterior. Mas, exteriormente é onde se notam mais as diferenças.

Estas transformações estruturais motivaram, por parte dos actores sociais, um conjunto de respostas baseada num forte investimento nos espaços mais próprios, ou seja, nas habitações (quer habitação individual quer em habitação colectiva). Isto é, a habitação torna-se o espaço central dos investimentos financeiros, sociais e simbólicos,

⁴ CAVACA AUGUSTO, Nuno Miguel – *Apropriação do Espaço e Desenvolvimento em Bairros Sociais: Um Estudo de Caso*, Covilhã, Edição de Autor, 1998

pois a habitação torna-se o epicentro das sociabilidades e das identidades. Daí a necessidade de novos melhoramentos e transformações.

Concluindo, a apropriação do espaço não é um processo neutro, nem aleatório, mas que se efectua em função da exclusão ou quase exclusão de certos grupos sociais de certas zonas.

3.3.1. Apropriação do Bairro 1 de Junho

Com o alheamento e abandono das entidades públicas locais no processo de finalização da construção do bairro, levou a que os próprios moradores tivessem que acabar as suas próprias habitações. Tal facto levou a que certas habitações fossem alteradas, ou seja, fossem apropriadas pelos seus moradores sem qualquer apoio técnico. Também, com o passar dos anos, alguns dos primeiros moradores deixaram o bairro e acabaram por vender as suas habitações ou deixaram-nas ao abandono. Outros acabaram por “modernizar” algumas habitações.

Passando às habitações, no fogo 1, como se pode verificar na fotografia, ao entrar na zona de habitação, do lado esquerdo (para quem entra vindo da rua) está o aumento de um espaço que serve de arrumos ou até mesmo de garagem. Também do lado esquerdo, junto à entrada principal da habitação pode-se ver uma escada em caracol que nos conduz a um pequeno terraço. A cobertura da habitação também foi alterada, passando a ser inclinada e com telha.



Figura 2 - Fogo 1

No fogo 2, junto ao portão de entrada há uma porta que poderá ser de acesso ao segundo andar criado pelos utentes, assim como umas escadas exteriores do lado direito (para quem entra na habitação vindo da rua) junto à entrada principal da casa. Estas escadas dão acesso ao segundo piso da casa e a um espaço feito em chapas, como se pode visualizar na fotografia.



Figura 3 - Fogo 2

O fogo 3 é um dos que se nota maior apropriação do espaço por parte dos utentes e onde se nota um grande afastamento ao traço do projecto original. Como se pode visualizar nas fotografias, o edifício passa a ter dois pisos e telhado. A fachada principal passa a ser um alpendre em arcada de três arcos, com 4 pilares, mesmo até à zona em que havia um pequeno portão de entrada, escondendo a entrada principal. Este alpendre é coberto em telhado. O segundo piso é recuado, com uma zona de varanda alpendrada de forma semelhante ao alpendre do piso térreo. E ainda há, o que parece ser um pequeno sótão.



Figura 4 - Fogo 3

No fogo 5, verificaram-se a abertura de novos vãos, assim como o acréscimo de uma garagem.



Figura 5 - Fogo 5

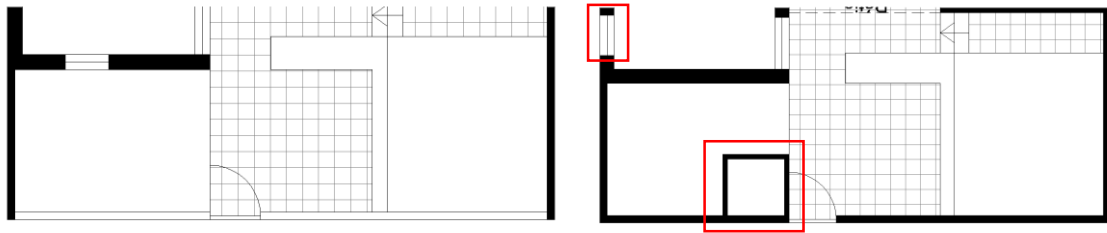
O mesmo acontece no fogo 6 onde há um espaço novo que pode ser uma garagem e/ou armazém. Tem também o que parece ser uma pequena arrecadação na cobertura.



Figura 6 - Fogo 6

O fogo 7 do bairro em estudo foi comprado há dois anos por um emigrante Português. As alterações feitas na habitação foram a nível de esgotos, canalizações e pavimentos, assim como o acrescento de uma casinha de gás, junto ao portão de entrada. A alteração do vão que estava na fachada lateral da habitação, passou para a fachada principal da casa, mas isto, foi feito pelos antigos donos. (pode-se visualizar na planta abaixo).

O Bairro 1 de Junho em Portimão – a evolução da sua arquitectura na apropriação do espaço



Planta 5- Tipologia Original / Alterações do Utente



Figura 7- Fogo 7

Como se pode verificar na figura 8, o fogo 8, no espaço onde estaria um dos quartos, passou a ser um espaço de comércio.



Figura 8- Fogo 8

Ao fogo 9, assim como aconteceu com os fogos 5 e 6, foi-lhe acrescentada uma garagem.



Figura 9- Fogo 9

O fogo 10 foi comprado há 10 anos pelo actual morador e foi completamente alterado nessa data com a ajuda de um técnico. As alterações resultaram da necessidade de melhoramento e conforto, tal como foi entendido pelos seus moradores. As fachadas foram completamente alteradas e foi acrescentado mais um piso, perdendo assim completamente o traço do projecto original. Como se pode verificar nas fotografias a fachada principal da habitação foi completamente ocupada, pois no piso térreo é onde se encontra uma pastelaria (do lado direito) e do lado esquerdo estão duas pequenas portinhas (do gás ou da água e as escadas de acesso ao segundo piso). Ao centro duas portadas de ferro por onde se acede à habitação em si. O segundo piso, é parecido com o segundo piso do fogo 3, com um andar recuado e dois alpendres.



Figura 10-Fogo 10

A habitação do fogo 12 não respeita o projecto original, pois tem uma garagem por baixo da entrada principal e dois recuados acima do piso da habitação.



Figura 11-Fogo 12

Já no fogo 13 a senhora não quis comentar nada, e referiu que não era a proprietária, mas de fora pode-se verificar que estão dois andares recuados acima da habitação e que também tem uma garagem e/ou um café.



Figura 12-Fogo 13

O fogo 16 têm apenas o acréscimo da garagem.



Figura 13- Fogo 16

Já no fogo 17, está o acréscimo de um andar recuado em madeira. Aqui neste, também se encontra a garagem por baixo da entrada principal. Os donos não quiseram falar e nem abriram a porta, mas pode tratar-se do caso de ser uma das habitações que foram abandonadas pelas entidades locais e foram acabadas pelos próprios moradores com a inclusão duma garagem por baixo da entrada principal.



Figura 14- Fogo 17

O Bairro 1 de Junho em Portimão – a evolução da sua arquitectura na apropriação do espaço

O fogo 20, como se pode verificar na figura, sofreu poucas alterações. Somente a criação de um alpendre e uma pequena casa de gás que vai até ao muro exterior.



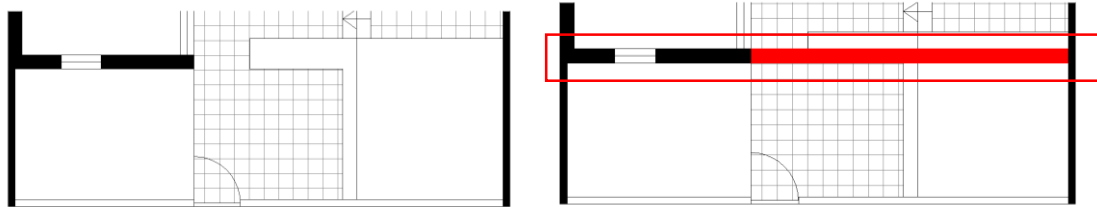
Figura 15- Fogo 20

O fogo 21 contém mais um andar recuado na parte esquerda da habitação.



Figura 16 - Fogo 21

E, por fim, o fogo 22 têm a fachada principal alterada, ou seja, a fachada está toda no mesmo alinhamento, para ganhar mais espaço no interior da habitação, como se pode verificar na planta. Também aí foi construída uma garagem



Planta 6 - Tipologia Original / Alterações do Utente



Figura 17 - Fogo 22

O resto dos fogos, que são os fogos 4, 11, 14, 15, 18, 19, 23 e 24, necessitam apenas de reabilitação por se encontrarem em muito mau estado e/ou abandonados.

O fogo 4 desde que foi construído nunca foi modificado ou tratado. O pavimento está em mau estado, assim como as paredes exteriores.



Figura 18- Fogo 4

O Bairro 1 de Junho em Portimão – a evolução da sua arquitectura na apropriação do espaço

O fogo 14 encontra-se completamente abandonado e o 15 precisa de ser reabilitado e tem um recuado no andar acima.



Figura 19 - Fogo 14



Figura 20 - Fogo 15

Os fogos 18 e 19 também se encontram da mesma forma, assim como os fogos 23 e 24. Nestes, as canalizações também precisam de ser arranjadas ou trocadas, como é, por exemplo, o caso particular do fogo 19 que tem as suas canalizações em péssimo estado.



Figura 21- Fogo 18

O Bairro 1 de Junho em Portimão – a evolução da sua arquitectura na apropriação do espaço



Figura 22- Fogo 19



Figura 23- Fogo 23



Figura 24- Fogo 24

Mas, como se pode reparar, as alterações mais comuns nos fogos são as garagens e os recuados. As garagens, tanto podem ser do início da obra – em virtude do abandono das construções por parte das entidades em consequência da extinção do SAAL –, como construídas anos mais tarde de acordo com as necessidades dos

utentes. Já os andares foram acrescentados mais tarde de acordo com as necessidades de habitabilidade e as melhorias das condições de vida.

3.4 – A Minha Proposta

Tentando dar resposta aos pontos anteriores, principalmente ao da apropriação do bairro ou abandono de algumas habitações, a alteração ao projecto original passa por uma intervenção evolutiva, que não fuja às necessidades actuais dos utentes e que vá de acordo com as exigências de habitabilidade. Mas claro, preservando o mais possível a essência do projecto original e daquele breve momento que moveu populações, o programa SAAL.

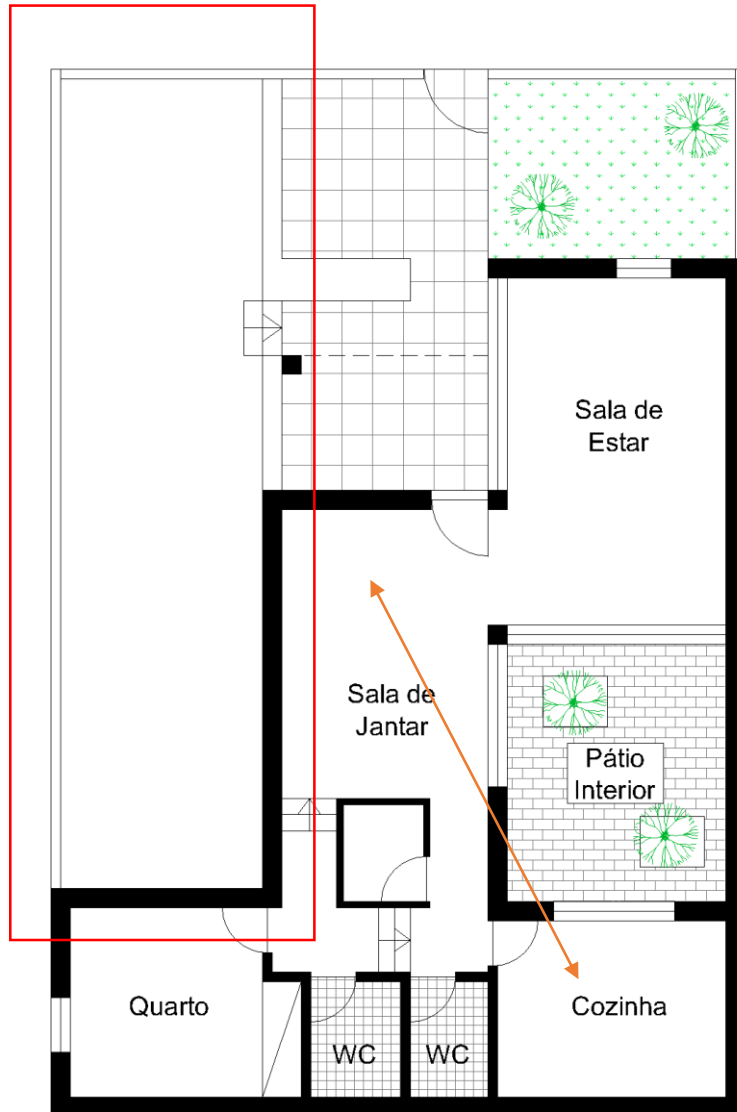
Assim, o projecto criado, ou recriado por mim, vai por duas vertentes. Uma das vertentes é o da habitação evolutiva de piso térreo. A outra vertente passa por o acrescento de uma garagem e uma escada para um piso superior, mas, também aqui de forma evolutiva. Todavia há sempre a preocupação de seguir o conceito do arquitecto autor.

A habitação de piso térreo divide-se em três partes. Na parte esquerda para quem entra na habitação, vindo da rua, encontra-se a sala de estar, o pátio interior e a cozinha. Na parte central é onde se encontra a entrada principal para o interior da casa, a dispensa e duas das casas de banho. Na parte direita da habitação encontra-se um quarto e, é aqui que a habitação vai crescer. Então, entrando na habitação à esquerda está uma pequena horta, em frente está a entrada na habitação e à direita está o terreno para onde a habitação se ampliará, mas que até à sua ampliação pode servir ainda como um pátio exterior.

Primeiro há que referir que estas habitações são evolutivas na mesma, mas com a diminuição de um quarto. Isto deve-se ao facto da cozinha deixar de estar na zona central da casa (junto à entrada principal) e passar para a parte de trás da casa, onde se encontrava o quarto que estava junto ao pátio interior da casa.

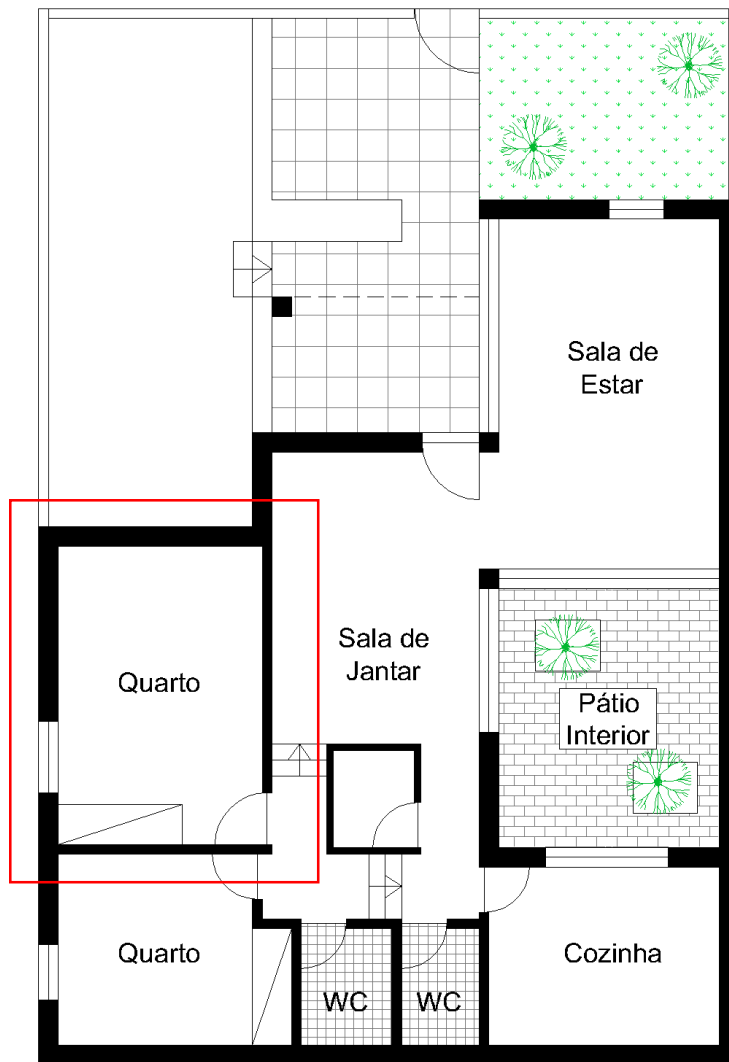
Começando pela habitação T1. Entrando pela entrada principal, em frente está uma pequena sala de jantar e ao fundo, entre dois corredores está uma pequena dispensa. Na esquerda para quem entra em casa vindo da rua, temos uma entrada para a sala de estar e para o pequeno pátio exterior. Ao ir pelo corredor da esquerda, em frente temos uma pequena casa de banho de serviço e a entrada na cozinha. Tanto a cozinha como a sala de estar têm ligação ao pátio interior. No corredor, ao voltar à direita para quem entra em casa vindo da rua, está uma pequena escada de três degraus que

leva ao quarto e a uma casa de banho. Para esta zona privada existem dois acessos, um pela cozinha e o outro pelo corredor da sala.



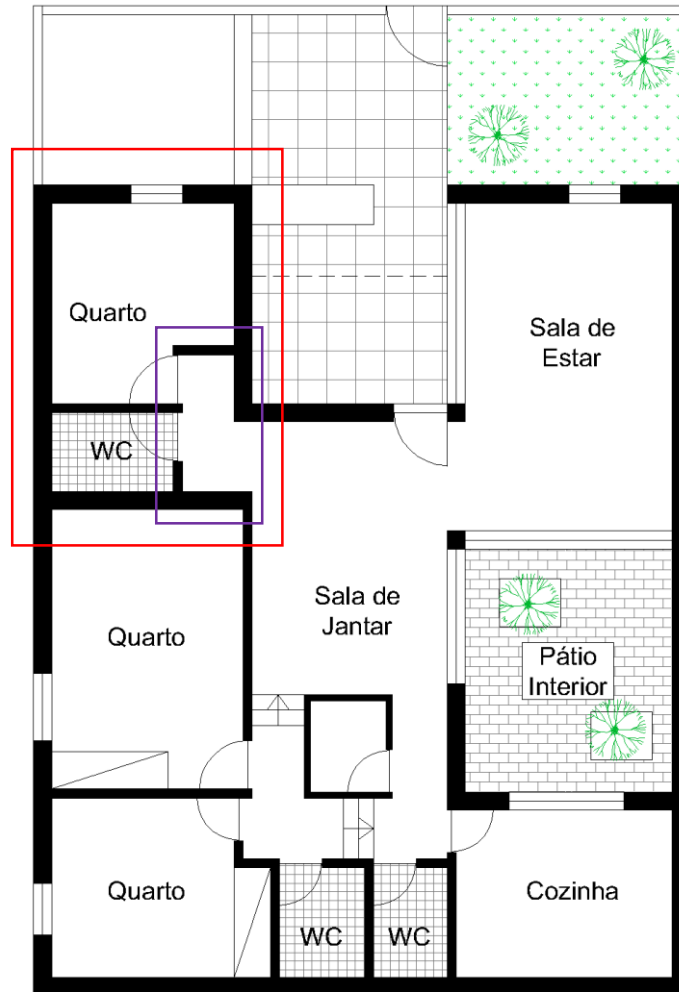
Planta 7 - Planta Alterada - Tipologia T1

Partindo, para a habitação T2, que é o começo da habitação evolutiva, a única alteração é o acrescento na parte direita de mais um quarto, ligado ao corredor e ao quarto, já construído, do T1.



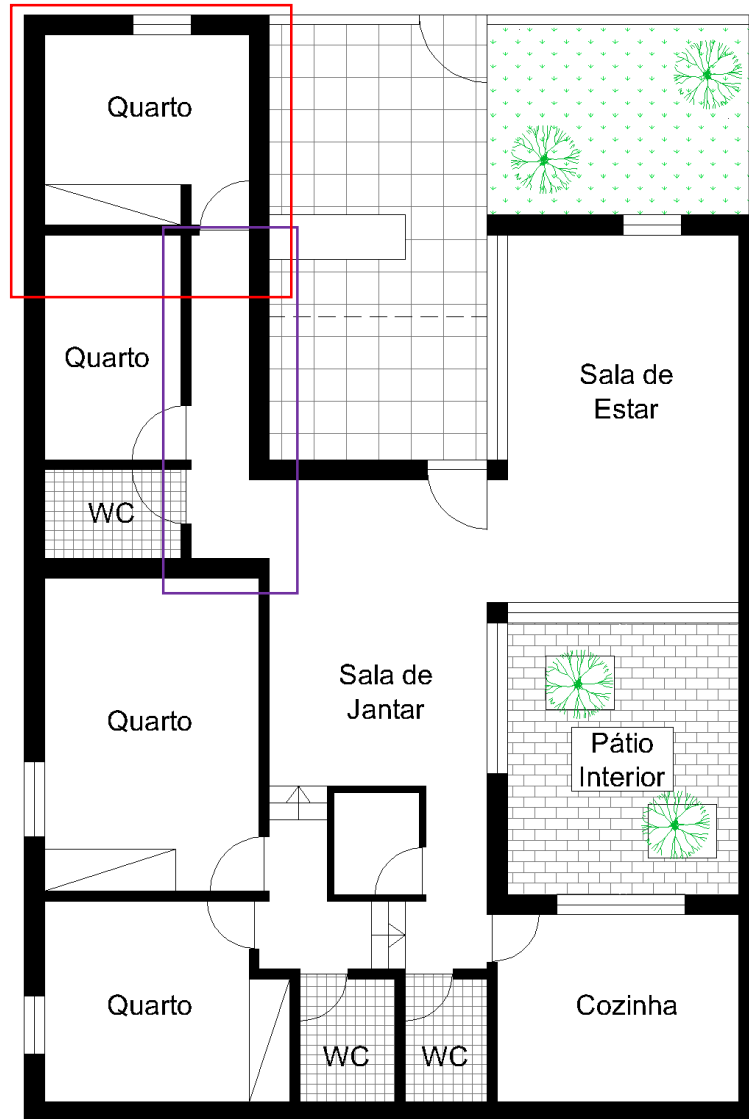
Planta 8- Planta Alterada - Tipologia T2

No T3 o espaço construído da direita encontra-se ao nível da parte esquerda e é maior que a parte central, ou seja, a fachada principal, começa a transformar-se, pois a zona da direita que se encontrava mais recuada, passa a estar ao mesmo alinhamento da zona esquerda, deixando assim a zona central, da entrada principal mais recuada. Aqui, ao entrar na habitação para além do acesso esquerdo à sala de estar, há um novo acesso do lado direito. Ao ir para esse acesso da direita, está um pequeno corredor, onde em frente temos uma nova casa de banho e um novo quarto.



Planta 9 - Planta Alterada - Tipologia T3

Na última habitação, o T4, surge com um novo espaço de quarto que vai até ao muro da rua e tem acesso pelo corredor construído anteriormente. Isto é, a zona da direita da habitação é a parte onde se procede à ampliação e, então, o corredor junto à entrada principal, criado no T3, é ampliado e conduz a mais um quarto. Este quarto é construído até ao limite do lote.

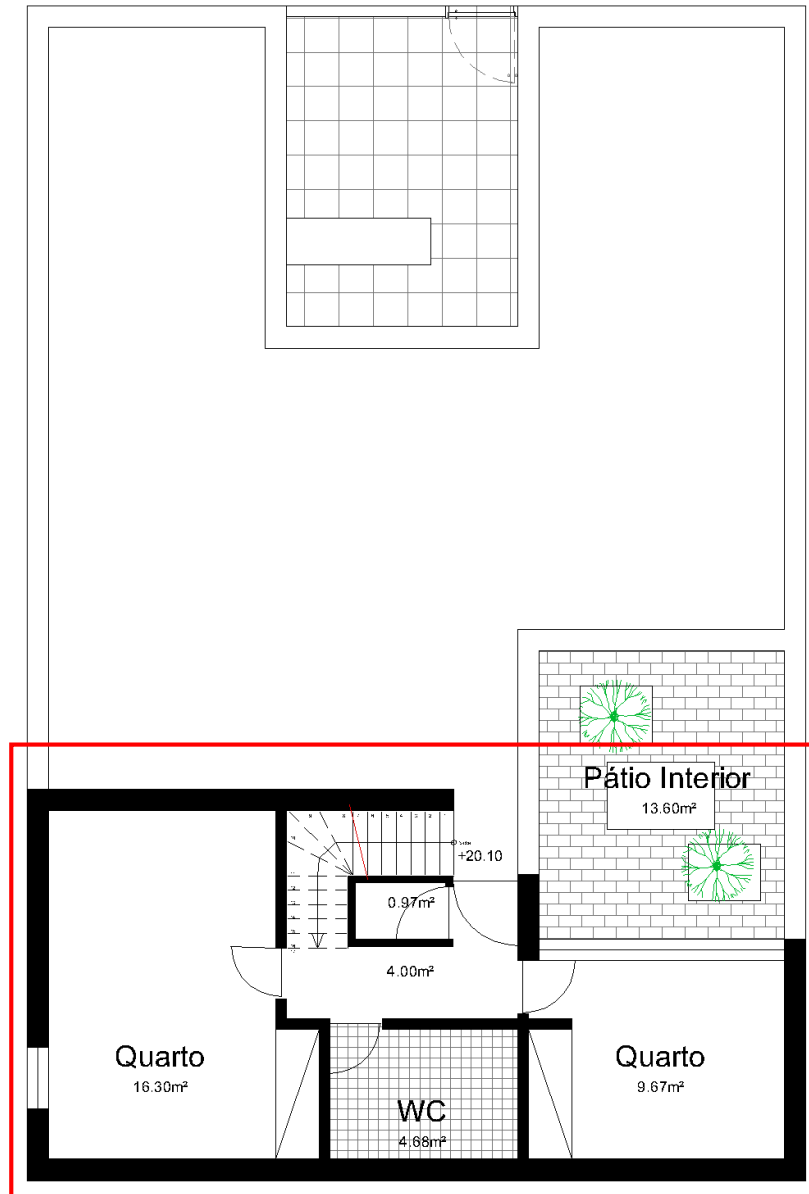


Planta 10- Planta Alterada - Tipologia T4

De acordo com o estudo efectuado sobre a apropriação do Bairro 1 de Junho no ponto 3.3, esta primeira solução proposta por mim vem de encontro às necessidades dos actuais ou futuros moradores do bairro, aplicável, em primeiro lugar, às habitações se encontram abandonadas ou em más condições. Pode também dar resposta às necessidades de mais espaço interior, como é o caso do fogo 22 em que a fachada principal se encontra toda com o mesmo alinhamento. Pretendendo assim respeitar o traçado original do projecto, a proposta aqui apresentada vem, no entanto, responder à necessidade de melhoramento de espaço interior (e também exterior), assim como às necessidades de habitação actuais.

Já na outra vertente, com garagem e mais um andar, a sala de jantar, a zona dos quartos e casas de banho permanecem iguais. Haverá uma troca de posicionamento entre a sala de estar e a cozinha, ou seja, onde era a sala na primeira

ao terraço sobre o primeiro andar, há uma escada exterior e o acesso a essa escada é feito por uma porta, que também nos conduz ao terraço que se situa sobre o piso térreo.



Planta 13- Planta Alterada - Tipologia T6 + Garagem (Piso 1)

De acordo com o estudo efectuado da apropriação do bairro no ponto 3.3 e com base no inquérito levado a cabo, esta última solução apresentada por mim vem de encontro às necessidades dos moradores, que executaram as alterações do projecto original, alterando-o quase por completo. Refiro-me em particular aos fogos 2, 3, 10, 15, 13, 17 e 21, em que acrescentaram mais um piso ou andar recuado e garagem e, os fogos 1, 5, 6, 11, 12 e 16 que tiveram um acréscimo de garagem. Assim, a minha proposta apresenta com a vertente de um segundo piso e garagem, vem de encontro às ambições

O Bairro 1 de Junho em Portimão – a evolução da sua arquitectura na apropriação do espaço

e necessidades actuais dos moradores do bairro sem prejudicar a linguagem formal original do arquitecto autor.

Considerações Finais

Este trabalho é o culminar de um estudo minucioso que exigiu uma análise e uma reflexão profunda sobre a habitação de interesse social, o programa SAAL e a apropriação do espaço por parte dos utentes.

Neste trabalho foram analisados os seguintes pontos:

- 1) A problemática da habitação social em Portugal, que vem dos tempos da revolução industrial e fez com que muitas pessoas deixassem o meio rural para melhores condições de vida nos centros urbanos, conduziu a um sobrepovoamento das cidades.
- 2) Por sua vez, os retornados que voltam a Portugal após o 25 de Abril de 1974, sem casas e com posses limitadas, e os emigrantes que vieram dos países africanos nos anos 80 e 90, foram causadores da construção de mais barracas ilegais nas periferias das grandes cidades. Isto tudo levou a que a resolução da problemática da habitação social tenha sido dumha premência acrescida para solucionar também este problema das habitações ilegais e das barracas.
- 3) Um dos programas que nasceu do FFH foi o programa SAAL. Surgiu, após o 25 de Abril de 1974 e teve a duração de 2 anos. Este programa, apesar de ter sido de curta duração, gerou uma grande mobilização em todo o país continental. Arquitectos, engenheiros, advogados, diferentes entidades públicas e privadas, tais como, por exemplo, autarquias e os próprios populares que viviam em barracas e distribuídos por associações ou cooperativas, aderiram a este programa. Tal facto levou à implementação dum total de 93 projectos, dos quais 73 foram parcialmente construídos. No Algarve foram construídos cerca de uma dezena de projectos, desde o Barlavento até ao Sotavento. Em Portimão implementaram-se quatro projectos, a saber: os bairros 1 de Junho, Progresso, Boa Hora e Alvor.
- 4) O bairro 1 de Junho – o objecto deste estudo – situa-se junto à estrada Nacional 125 e foi projectado pelo arquitecto José Veloso, natural de Lagos. José Veloso fez os projectos do SAAL na zona do Barlavento Algarvio. As habitações de alguns bairros projectadas pelo arquitecto Veloso, são evolutivas, possibilitando assim o processo de ampliação das habitações, como é o caso do bairro 1 de Junho. Contudo, a meio da construção deste bairro, deu-se a extinção do programa SAAL e as populações foram deixadas por sua conta por parte das entidades públicas. Isto originou, por parte dos moradores, a apropriação, desde

cedo, do espaço projectado, pois com o alheamento das entidades locais, foram os próprios moradores que terminaram as suas habitações, fazendo-as ao gosto do momento, não respeitando várias delas o projecto original. Outros “modernizaram-nas” mais tarde e outros ainda acabaram por vendê-las ou abandoná-las

Esta reflexão permitiu concluir que para responder às necessidades futuras dos utentes, qualquer projecto, quer seja de carácter social ou não, deve considerar a possibilidade da evolução das habitações, por forma a preservar, nessas ampliações, tanto quanto possível, o conceito do projecto de origem.

Por sua vez, este estudo pode contribuir para uma tomada de consciência acerca da evolução das necessidades habitacionais e mesmo das ambições legítimas sobre a forma de habitar por parte dos utentes, no intuito de se tomar em linha de conta essas ambições e necessidades na elaboração de projectos de habitação social, que passam, muitas vezes, por considerar a possibilidade da criação, mais tarde, dum espaço de garagem para viatura, ou até, dum pequeno negócio.

Uma das principais vantagens da elaboração deste trabalho reside no facto de proporcionar um melhor conhecimento sobre habitação social, ou seja, o que foi e o que é. Outros dos aspectos que proporcionou foi um melhor conhecimento sobre a apropriação do espaço por parte dos utentes, que na maioria dos casos se deve à melhoria de condições de vida e aumento dos membros que vivem na habitação. Outra melhoria no meu conhecimento foi, em termos de projecto, de como uma habitação pode e deve ser construída sem pôr em causa o conceito formal original do arquitecto autor.

Os padrões na apropriação do espaço por parte dos utentes, por forma a fornecer indicadores a futuras intervenções no âmbito da habitação social, foi mais ou menos conseguido. Isto, porque a comunicação com os moradores do bairro não foi fácil, mesmo após várias tentativas. A maioria dos moradores não permitiu o acesso ao interior. Por isso, só mesmo exteriormente ou por conversa, é que se nota que tipo de apropriação foi feita. Na maioria, são garagens e andares recuados. Logo, a necessidade de criar mais um piso como tónica dominante.

No geral, foi um estudo realmente interessante e definitivamente instrutivo, elevando o grau de conhecimento sobre o que foi o programa SAAL e a forma como ajudou e mobilizou a população portuguesa carenciada, proporcionando-lhes melhor conforto e melhores condições de vida no que toca a habitação. As casas do SAAL no

Barlavento Algarvio, foram construídas pelo mesmo arquitecto José Veloso e muitas, foram um projecto que proporcionava o seu crescimento em termos de área habitável.

Nas propostas apresentadas, verificou-se que, ao invés do que foi realizado, é possível a renovação das habitações através de ampliações, sem que a habitação perca o conceito formal arquitectónico de origem.

Bibliografia

PORTAS, Nuno, *Habitação Social: Proposta para a sua Metodologia da sua Proposta*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004

PORTAS, Nuno, «O processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 18/19/20, Coimbra: Imprensa da Universidade, Coimbra Editora, 1986

BAPTISTA COELHO, António e BAPTISTA, Pedro, *Habitação de Interesse Social em Portugal: 1988-2005*. Lisboa, Livros Horizonte Editora, 2009

BAPTISA COELHO, António, *20 anos a promover a construção de habitação social 1984-2004*, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação, 2006

CARVALHO, Ricardo, “Morada: Rua e Casa”, in *JA224 – Jornal dos Arquitectos*, Julho a Setembro 2006

DOMINGUES, Álvaro, “Do que se fala quando se fala de casa”, *Jornal dos Arquitectos* 224, Julho a Setembro, 2006.

MARTINS, Fernando, “RGEU”, *Jornal dos Arquitectos* 226, Janeiro a Março, 2007

BANDEIRINHA, José António, “Anos sessenta: Crise na Habitação Social”, – *Jornal dos Arquitectos* 226, Janeiro a Março, 2007

BROCHADO COELHO, Mário, “Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE - 1974-1976)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra Editora, 1986

Documentos em PDF:

VILAÇA, Helena, *As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social*.

RODRIGUES, Eduardo Vítor; SAMAGAI, Florbela; FERREIRA, Hélder; MENDES, Maria Manuela; JANUÁRIO, Susana, *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*.

CAPUCHA, Luís, “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social”, *Sociologia – Problemas e Práticas*. Nº8, 1990

SERRA, Nuno, “Território e Habitação em Portugal”, *Oficina do Centro de Estudos Sociais. Nº 101*, Coimbra, Dezembro, 1997

CORREIA FERNANDES, Manuel, *Espaços de habitar especialmente qualificados*.

BAPTISTA COELHO, António, *Artigos e Ensaios - Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972*

FONSECA FERREIRA, A. *Por Uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento, 1987

GROS, Marielle, C., “Pequena História do Alojamento Social em Portugal”, in *Sociedade e Território, nº 20*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994

Teses:

OLIVEIRA BANDEIRINHA, José António, *O Processo Serviço de Apoio Ambulatório Local e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007

SANTO CONCEIÇÃO, Paulo, *Modelos de produção e gestão de habitação social: estratégias locais de habitação e sistemas de bem-estar social num contexto de mudança*. Porto: [s.n.], 2002

CORREIA FARINHA, António Manuel, *Habitação de realojamento: conceito, modelo e relações com o comportamento patológico social no concelho de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2000.

GOUVEIA DA VEIGA GOMES, João Gabriel - *Eficácia do realojamento no PER para Lisboa: a aceitação da arquitectura pela população realojada*, Lisboa, [s.n.], 2001

CAVACA AUGUSTO, Nuno Miguel, *Apropriação do Espaço e Desenvolvimento em Bairros Sociais: Um Estudo de Caso*.

DOS Reis, Sofia Borges, *74/86 – Arquitectura em Portugal, uma Leitura a Partir da Imprensa*, 2007

Artigos:

- *SERVIÇO AMBULATORIO DE APOIO LOCAL. Conselho Nacional - Livro branco do SAAL 1974-1976 / Conselho Nacional do SAAL*, Vila Nova de Gaia, Rocha Artes Gráficas, 1976
- Documentário “As Operações SAAL” de João Dias. 2007/09
- Documentário “Continuar a viver (Índios da meia praia)”, de Cunha Telles. 1975
- Diário da República, 1.ª série — N.º 97 — 20 de Maio de 2009
- Entrevista com João Dias – “As Operações SAAL”
- Nuno Teotónio Pereira, jornal *O Público*, 23 Setembro de 1993
- Entrevista ao arquitecto José Veloso a 3 de Julho de 2013

Internet:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29553

<http://cdi.upp.pt/cgi-bin/mostraalpha.py?doc=6015>

<http://saal-memorias.blogspot.pt/>

<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/casas.html>

<https://www.facebook.com/notes/centro-de-documenta%C3%A7%C3%A3o-25-de-abril/casas-pr%C3%B3-povo/310724428995956>

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=projSAAL>

http://www.slideshare.net/miguel_gadelho/estudo-da-operao-saal-da-teoria-prtica-15415594

<http://www.fonsecaferreira.net/?p=419>

<http://palavras-arquitectura.com/2007/06/16/a-habitacao-social-uma-introducao-as-suas-problematicas/>

<http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n8-7.pdf>

http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df3cd04e3f_1.PDF

<http://saal-memorias.blogspot.pt/2006/02/depoimento-de-arquitecto-nuno-portas.html>

<http://www.fonsecaferreira.net/?p=419>

<http://fcsh.unl.pt/geoinova/revistas/files/n8-7.pdf>